

Campus Niterói

Curso de Pós-Graduação em
Gestão de Projetos Ambientais

Caroline Borges de Siqueira Santiago

O Plano de Gestão de Logística
Sustentável nas Instituições
Públicas de Ensino Superior no
Estado do Rio de Janeiro

CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO

**O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE
ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), como requisito para à obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Ambientais.

Orientador: D.Sc. Lívia Maria da Costa Silva

Coorientador: M.Sc. Flávia Ramos Guimarães

Niterói
2024

S235p Santiago, Caroline Borges de Siqueira.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro / Caroline Borges de Siqueira Santiago. – Niterói, RJ, 2024.

126 p. : il.

Orientação: Lívia Maria da Costa Silva

Coorientação: Flávia Ramos Guimarães

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Projetos Ambientais) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2024.

1. Sustentabilidade. 2. Logística. 3. Plano de Gestão de Logística Sustentável. 4. Legislação ambiental brasileira. I. Silva, Lívia Maria da Costa. II. Guimarães, Flávia Ramos III. Título

IFRJ/Cnit/Biblioteca

CDU 502.14

Ficha catalográfica elaborada por
Débora Elena Speranza do Nascimento – CRB7 6928

CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO

**O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE
ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), como requisito para à obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Ambientais

Aprovado em: 15/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. D.Sc. Lívia Maria da Costa Silva (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

M.Sc. Flávia Ramos Guimarães (Coorientadora)
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz)

Prof. D. Sc Mariana Spacek Alvim (Membro Interno)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Paulo e Edenisia Santiago pela dádiva da vida e por estarem presentes me apoiando nas conquistas desta existência. À toda a minha ancestralidade familiar, que sempre trouxe uma riqueza de ensinamentos para a minha vida. Aos meus pets: Snoopy, Pipoca e Tom, por transmitirem diariamente amorosidade, companheirismo e grandes ensinamentos.

Às orientadoras Lívia Maria e Flávia Guimarães por me apoiarem na execução deste projeto.

A todos os mestres que passaram pelo meu caminho até o momento presente e me permitiram beber de sua fonte de sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha existência como partícula Divina e aos meus pais pela experiência da vida.

Aos meus amigos, em especial Gustavo Machado, Marcela Pessoa, Ana Jordão, Cristiane Lacerda e Egle Setti, que acreditam no meu potencial e me incentivam continuamente.

Agradeço ao corpo docente e a minha turma de Gestão em Projetos Ambientais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Niterói (IFRJ), pelo compartilhamento de conhecimentos e orientações para que eu finalizasse mais essa etapa da minha carreira profissional.

Agradeço aos profissionais do Serviço de Gestão da Sustentabilidade (SGS/ENSP), em especial a Flávia Guimarães, que estiveram ao meu lado orientando e incentivando a manifestação de mais essa etapa.

A Irmandade Espiritualista Verdade Eterna (“IEVE”), em especial a Yufie de Graz (Mario Farzatt) e Karin de Tao (Aracy dos Santos) pelo apoio, conselhos e torcida, inspirados com a sabedoria dos mestres e a amorosidade no olhar.

Aos meus mestres, por todo o apoio e orientação, me auxiliando neste caminho de aprendizados e me proporcionando maior desenvolvimento.

ÉPIGRAFE

“Chegará o dia no qual os homens
conhecerão o íntimo dos animais; e nesse
dia, um crime contra um animal será
considerado crime contra a humanidade”.

Leonardo da Vinci

RESUMO

O atual sistema de gestão mundial tem promovido uma crescente demanda por recursos naturais e, por consequência, seu esgotamento, dentre outros impactos ambientais negativos. Nessa conjuntura, as organizações buscam elaborar estratégias para minimizar os seus impactos e documentos norteadores que preconizem as ações sustentáveis, que visão o atendimento às legislações vigentes, transparência de resultados e viabilidade de execução. O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) é um documento regulamentado pela Instrução Normativa (IN) nº 10/2012, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que apresenta regras de elaboração direcionada, no mínimo, por sete temas: material de consumo; energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações públicas; e deslocamento de pessoal. Neste sentido, a pesquisa foi pautada na análise de dados disponibilizados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas no estado do Rio de Janeiro e na aplicação do questionário com os membros da comissão gestora PLS, a fim de evidenciar o estado da arte das IES conforme as exigências da normativa. As etapas seguiram conforme destacado: levantamento e seleção das IES; análise do PLS; análise das práticas sustentáveis e aplicação do questionário. Foram foco do estudo 9 instituições e os resultados obtidos transpareceram o nível de maturidade institucional, comprometimento no cumprimento à legislação e boa condução da gestão. Conclui-se que as instituições necessitam de pontos de melhoria para que o PLS se torne uma realidade cotidiana à instituição.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Atendimento à legislação. Eficiência. Logística.

ABSTRACT

The current global management system has promoted an increasing demand for natural resources and, consequently, their depletion, among other negative environmental impacts. At this juncture, organizations seek to develop strategies to minimize their impacts and guiding documents that recommend sustainable actions, which aim to comply with current legislation, transparency of results and feasibility of execution. The Sustainable Logistics Management Plan (PLS) is a document regulated by Normative Instruction (IN) No. 10/2012, issued by the Ministry of Planning, Budget and Management (MPOG), which presents rules for elaboration directed, at least, by seven themes: consumables; electricity; water and sewage; selective collect; quality of life in the work environment; public procurement and contracting; and personnel displacement. In this sense, the research was based on the analysis of data made available by Higher Education Institutions (HEIs) located in the state of Rio de Janeiro and the application of the questionnaire with the members of the PLS management committee, in order to highlight the state of the art of the HEIs. in accordance with regulatory requirements. The steps followed as highlighted: survey and selection of HEIs; PLS analysis; analysis of sustainable practices and application of the questionnaire. The focus of the study was 9 institutions and the results obtained revealed the level of institutional maturity, commitment to complying with legislation and good management. It is concluded that institutions need points for improvement so that PLS becomes a daily reality for the institution.

Keywords: Sustainability. Compliance with legislation. Efficiency. Logistics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Eixos de atuação da Agenda 2030.....	3
Figura 2 - Os 17 ODS	4
Figura 3 - Indicadores Globais por Objetivo (%).....	4
Figura 4 - Tripé da Sustentabilidade.....	21
Figura 5 – Eixos temáticos do PLS.....	28
Figura 6 - Parâmetros utilizados no questionário	35
Figura 7 - Instituições de Ensino Superior.....	36
Figura 8 - Instituições que possuem adesão à A3P	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os 5 Rs.....	22
Tabela 2 - Eixos temáticos x Direcionamentos x Indicadores da A3P.....	23
Tabela 3 – Temas x Direcionamentos x Indicadores do PLS.....	25
Tabela 4 - Temas do PLS x Abordagem x Planos de ação.....	26
Tabela 5 – Comparação IN nº 10/2012 x Caderno de Logística.....	29
Tabela 6 – Correlação entre as etapas de implantação do PLS e da A3P.....	30
Tabela 7 - Correlação entre PLS, A3P e ODS.....	32
Tabela 8 - Adequação do CEFET/RJ à IN nº 10/2012.....	38
Tabela 9 - Adequação da Fiocruz a IN nº 10/2012.....	40
Tabela 10 - Adequação da UNIRIO a IN nº 10/2012.....	42
Tabela 11 - Adequação da UFRJ a IN nº 10/2012.....	43
Tabela 12 - Adequação da UFF a IN nº 10/2012.....	44
Tabela 13 – Análise Comparativa do PLS Institucional.....	45
Tabela 14 – Transparência das Ações Institucionais.....	47
Tabela 15 – Análise Comparativa das Práticas Sustentáveis.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metas ODS 1	5
Quadro 2 - Metas ODS 2	6
Quadro 3 - Metas ODS 3	7
Quadro 4 - Metas ODS 4	8
Quadro 5 - Metas ODS 5	9
Quadro 6 - Metas ODS 6	9
Quadro 7 - Metas ODS 7	10
Quadro 8 - Metas ODS 8	11
Quadro 9 - Metas ODS 9	12
Quadro 10 - Metas ODS 10	13
Quadro 11 - Metas ODS 11	14
Quadro 12 - Metas ODS 12	15
Quadro 13 - Metas ODS 13	16
Quadro 14 - Metas ODS 14	17
Quadro 15 - Metas ODS 15	18
Quadro 16 - Metas ODS 16	19
Quadro 17 - Metas ODS 17	20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Análise das práticas sustentáveis	45
Gráfico 2 – Análise geral da segunda parte: avaliação do PLS.....	51
Gráfico 3 – Nível de satisfação para os temas do PLS	51
Gráfico 4 – Análise geral da terceira parte: resultados	52
Gráfico 5 – Parâmetros adotados pelas IES	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGHVS	Agenda Global de Hospitais Verdes e Saudáveis
ANVISA	Agência de Vigilância Sanitária
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEFET/RJ	Centro Federal De Educação Tecnológica Celso Suckow Da Fonseca
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CD	Conselho Deliberativo
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COGIC	Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi
COLOSSUS	Coordenação de Logística Sustentável
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CP II	Colégio Pedro II
CPS	Contratações Públicas Sustentáveis
CPS/UFF	Comissão Permanente de Sustentabilidade/UFF
COPESI	Comissão Permanente de Sustentabilidade Institucional
COSAI	Comitê de Sustentabilidade Ambiental Institucional
DISAI	Divisão Estratégica para Sustentabilidade Ambiental Institucional
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
ETP	Estudo Técnico Preliminar
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IAM/PE	Instituto Aggeu Magalhães – Fiocruz Pernambuco
IES	Instituições de Ensino Superior
IFF	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Fluminense
IFRJ	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Rio De Janeiro
IN	Instrução Normativa
LCP	Lei Complementar
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NUSIFF	Núcleo de Sustentabilidade do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Fluminense
NR	Norma Regulamentadora
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Plano Anual de Contratações
PEG	Programa de Eficiência do Gasto Público
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PGS	Plano de Gestão Socioambiental
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável/Plano Diretor de Logística Sustentável
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
Procel	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

RCLE	Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
SEGES	Secretaria de Gestão e Inovação
SNMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SUS	Sistema Único de Saúde
TR	Termo de Referência
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	2
2.1 Objetivo-Geral.....	2
2.2 Objetivos Específicos	2
3. REFERENCIAL TEÓRICO	3
3.1 Agenda 2030.....	3
3.1.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	4
3.2 Tripé da Sustentabilidade	21
3.3 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	22
3.4 Legislação Brasileira.....	24
3.4.1 Lei de Educação Ambiental	24
3.4.2 Visibilidade das Ações Institucionais.....	24
3.4.3 Decretos	24
3.5 O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)	25
3.5.1 Plano Diretor de Logística Sustentável	27
3.6 PLS x A3P x ODS	30
4. METODOLOGIA	34
4.1 Estudo de Caso	34
4.1.1 Levantamento e Seleção das Instituições de Ensino	34
4.1.2 Análise Documental.....	34
4.1.3 Coleta de Dados	35
5. DESENVOLVIMENTO	35
5.1 Levantamento e Seleção das Instituições de Ensino.....	35
5.2 Análise Documental.....	37
5.2.1 Análise do PLS Institucional.....	37
5.2.2 Análise das Práticas Sustentáveis.....	45
5.3 Coleta de Dados.....	48
5.3.1 Aspectos Gerais.....	49
5.3.2 Avaliação do PLS.....	50
5.3.3 Resultados do PLS.....	51
5.3.4 Panorama Geral: Coleta de Dados.....	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	66
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANTICADO CEP/IFRJ	72
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANTICADO CEP/CPII	78

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANTICADO CEP/FIOCRUZ	87
ANEXO D – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL/CEFET/RJ	95
ANEXO E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS/CEFET/RJ.....	96
ANEXO F – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL/CPII	97
ANEXO G – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS/CEFET/RJ.....	98
ANEXO H – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL/FIOCRUZ.....	99
ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS/FIOCRUZ.....	100
ANEXO J – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL/IFRJ.....	101
ANEXO K – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS/IFRJ	102
ANEXO L – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL/IFF	103
ANEXO M – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS/IFF	104
ANEXO N – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/CEFET/RJ	105
ANEXO O – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/FIOCRUZ	107

1. INTRODUÇÃO

O ano de 1972 foi marcado pela Conferência de Estocolmo, evento que destacou a consciência ambiental e o meio ambiente como um fator considerável nas discussões relacionadas ao desenvolvimento econômico. Esse marco reflete-se em vários países e no Brasil, pode-se destacar a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), em 1981, para apresentação de um direcionamento das políticas públicas para o meio ambiente. Em 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) – Comissão de Brundtland produziu um relatório sobre as reuniões realizadas nas audiências ao redor do mundo (CASTELLA, 2022). O relatório significou um marco na trajetória do mundo em busca de maior conscientização ambiental e o primeiro que uniu as nações de todo o mundo para olhar através de um mesmo prisma: o desenvolvimento sustentável (PENSAMENTO VERDE, 2014).

A repercussão da Comissão de Brundtland frente a necessidade de organização de um plano de desenvolvimento sustentável levaram a realização de uma nova Conferência das Nações Unidas, a Rio 92/ECO 92 (POLITIZE!, 2020). O evento acontecido no ano de 1992 discutiu o Relatório de Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável e comemorou os 20 anos da Conferência de Estocolmo. Em 2012, o evento chamado de Rio + 20 renovou o compromisso político com a sustentabilidade e comemorou 20 anos da RIO 92/ECO 92 (CASTELLA, 2022).

Em escala nacional, o ano de 2012 foi marcado pela promulgação dos documentos legais, sendo eles o Decreto Federal nº 7.746/2012 (BRASIL, 2012a), que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP); e a Instrução Normativa (IN) nº 10/2012 (BRASIL, 2012b), emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que estabelece regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) (BRASIL, 2012b).

O atual sistema econômico promove uma crescente demanda por recursos naturais e, por consequência, seu esgotamento, dentre outros impactos ambientais negativos. Nessa conjuntura, organizações elaboram e desenvolvem estratégias para a minimização de suas intervenções negativas no meio ambiente (BARROS *et al.*, 2021). Em contrapartida as regulamentações direcionadas a temática ambiental, a lógica do mercado e sua necessidade de consumo constante muitas vezes acaba por não proteger o esgotamento de recursos naturais (GREGORY, 2005).

Diante deste cenário entende-se que é de extrema importância a elaboração de um documento norteador que preconize as ações sustentáveis das organizações, caracterizado pelo atendimento às legislações vigentes, transparência de resultados e a viabilidade na execução (CONCEIÇÃO, 2020). Utilizado de forma ampliada, o documento norteador permitirá o estudo e a identificação dos nós e estratégias para elaboração pontos de melhoria, que visem a redução de impactos ambientais e custos operacionais (SILVA *et al.*, 2022).

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo-Geral

Avaliar o Plano de Gestão de Logística Sustentável das instituições públicas de ensino superior, da esfera federal, situadas no estado do Rio de Janeiro.

2.2 Objetivos Específicos

- Realizar o levantamento de dados junto às instituições (CEFET/RJ; Colégio Pedro II; Fiocruz; IFRJ; IFF; UNIRIO; UFRJ; UFF; UFRRJ);
- Realizar análise crítica comparativa entre os Planos de Gestão de Logística Sustentáveis das instituições selecionadas para a pesquisa;
- Avaliar as ações desenvolvidas nas instituições selecionadas para a pesquisa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Agenda 2030

A Agenda 2030 é um plano de ação global que reúne 17 objetivos e 169 metas para erradicar os pontos determinantes – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - a desigualdades sociais, promover vida digna a todos e permitir melhor qualidade de vida para as próximas gerações (ECAM, 2023). O documento aprovado em 2015 pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) foi intitulado: “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e baseado em 5 eixos de atuação: paz, pessoas, planeta, prosperidade e parcerias (MOVIMENTO ODS, 2023). A Figura 1 apresenta os 5 eixos de atuação da Agenda 2030.



Figura 1 - Eixos de atuação da Agenda 2030
Fonte: (MOVIMENTO ODS, 2023).

O primeiro eixo – Pessoas – reforça que o desenvolvimento sustentável está relacionado a garantia de vida digna e igualitária para todos (RICD, 2023). O segundo – Prosperidade – reforça que todos devem desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal nos âmbitos econômico, social e tecnológico (MOVIMENTO ODS, 2023). O terceiro – Planeta – reforça a responsabilidade de todos em proteger o planeta da degradação, utilizando meios relacionados ao desenvolvimento sustentável para atender de forma igualitária as gerações presentes e futuras (MOVIMENTO ODS, 2023). O quarto – Paz – reforça a necessidade de redução da violência, em toda a sua amplitude e promove o Estado de Direito, garantindo acesso universal à justiça e à cidadania democratizada, inclusiva e participativa (RICD, 2023). Por fim, o quinto – Parcerias – reforça a implementação da Agenda 2030 em parceria global, concentrada em especial para ajudar as pessoas em situações mais vulneráveis (MOVIMENTO ODS, 2023).

3.1.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo global e um plano de ação da Agenda 2030, subdividido em 17 objetivos e 169 metas a serem cumpridos até o ano de 2030. O direcionamento dos ODS correlaciona ações para assegurar os direitos humanos a todos, erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas (ONU/BR, 2023a). A Figura 2 apresenta os 17 ODS.



Figura 2 - Os 17 ODS
Fonte: (GT AGENDA 2030, 2023).

O Brasil possui um total de 254 indicadores relacionados aos ODS e suas metas, contando com o status produzido (120 indicadores); em análise/construção (73 indicadores); sem dados (51 indicadores); não se aplica ao Brasil (10 indicadores) (ODS BRASIL, 2024). A figura 3 apresenta a síntese de produção dos indicadores globais por objetivo (%).

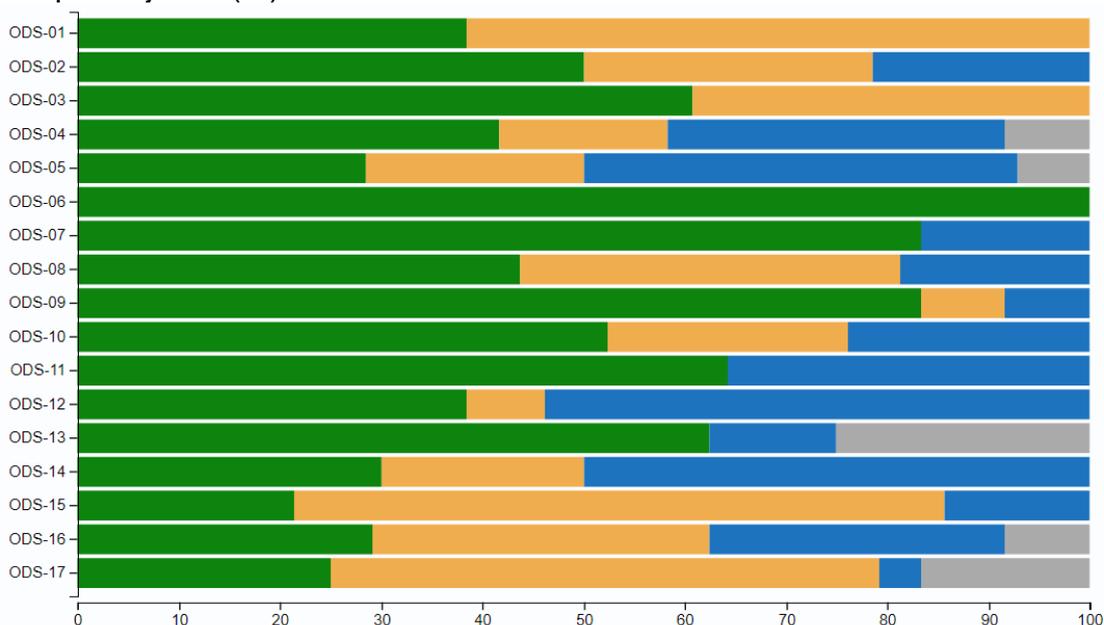


Figura 3 - Indicadores Globais por Objetivo (%)
Fonte: (ODS BRASIL, 2024)

O ODS 1 aborda diretamente metas relacionadas a pobreza, tema central para o desenvolvimento sustentável no Brasil (ESTRATÉGIA ODS, 2023). O país possui 5 indicadores com o status produzido e 8 indicadores com o status em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 1 apresenta as metas relacionadas ao ODS 1, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 1 - Metas ODS 1

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	1.1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia
	1.2	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais
	1.3	Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis
	1.4	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças
	1.5	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais
	1.a	Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões
	1.b	Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 2 aborda a fome zero e agricultura sustentável, temas que correlacionam com o ODS 1, porém, apresenta dimensões relacionadas à saúde (desnutrição), produção de alimentos sustentáveis e economia sustentável. (ESTRATÉGIA ODS, 2023). O Brasil possui 7 indicadores com o status produzido e 4 indicadores com o status em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 2 apresenta as metas direcionadas ao ODS 2, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 2 - Metas ODS 2

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	2.1	Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano
	2.2	Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas
	2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola
	2.4	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo
	2.5	Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente
	2.a	Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos
	2.b	Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha
	2.c	Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos

O ODS 3 apresenta como foco a saúde e o bem-estar de toda a população. O Brasil possui um banco de dados sobre o tema, contando com indicadores e estatísticas, porém, o desafio é reforçar esses dados para as pequenas escalas (municípios) a fim de que provam melhorias substanciais no bem-estar e na prevenção de doenças (ESTRATÉGIA ODS, 2023). O país possui 17 indicadores com o status produzido e 11 indicadores com o status em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 3 apresenta as metas direcionadas ao ODS 3, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 3 - Metas ODS 3

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades	3.1	Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos
	3.2	Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos
	3.3	Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis
	3.4	Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar
	3.5	Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool
	3.6	Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas
	3.7	Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais
	3.8	Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos
	3.9	Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo
	3.a	Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado
	3.b	Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos
	3.c	Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
	3.d	Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 4 aborda a educação de qualidade de forma a garantir a educação para todos. As metas do ODS 4 abordam, além da educação básica, a necessidade de conclusão para todo o processo de educação formal, de forma a desenvolver a potencialidade dos indivíduos desde a primeira infância até o ensino técnico e superior. Outro fator relevante que integra o ODS 4 é a necessidade de uma infraestrutura adequada para o processo de ensino e aprendizagem, professores com boa formação e demais recursos necessários para que a educação de qualidade seja fornecida em valorização integral (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 5 indicadores com o status produzido e 2 indicadores com o status em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 4 apresenta as metas relacionadas ao ODS 4, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 4 - Metas ODS 4

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos	4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
	4.2	Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário
	4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade
	4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
	4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade
	4.6	Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática
	4.7	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
	4.a	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
	4.b	Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
	4.c	Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 5 aborda a igualdade de gênero, com relação direta ao empoderamento de meninas e mulheres. Os assuntos abordados por esse ODS envolvem o fim da discriminação, fim da violência e busca por direitos iguais em sua totalidade como cidadania, direito à vida e economia (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 4 indicadores com o status produzido e 3 indicadores com o status em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 5 apresenta as metas relacionadas ao ODS 5, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 5 - Metas ODS 5

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	5.1	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
	5.2	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
	5.3	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
	5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
	5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
	5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
	5.a	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
	5.b	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
	5.c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 6 apresenta como tema central a exigência de água potável e segura, além da oferta de saneamento (higiene) para todos. A estratégia desse ODS também correlaciona a redistribuição igualitária a todos, envolvendo o aspecto social da água (recurso indispensável à vida), o uso racional pela indústria e agricultura, controle e monitoramento da proteção ambiental (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 11 indicadores com o status produzido (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 6 apresenta as metas direcionadas ao ODS 6, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 6 - Metas ODS 6

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos	6.1	Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos
	6.2	Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade
	6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente
	6.4	Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água
	6.5	Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado
	6.6	Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos
	6.a	Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso
	6.b	Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 7 aborda a energia acessível e limpa, reforçando as fontes de energia que possuem caráter renováveis, eficientes e não poluentes. Esse ODS também direciona que a energia limpa seja englobada desde as pequenas escalas (moradia) até as grandes escalas (indústrias, municípios etc.), de forma a refletir positivamente na economia (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 5 indicadores com o status produzido (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 7 apresenta as metas relacionadas ao ODS 7, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 7 - Metas ODS 7

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos	7.1	Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia
	7.2	Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
	7.3	Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética
	7.a	Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa
	7.b	Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 8 possui como tema central o trabalho e o desenvolvimento econômico, com estratégias específicas a mulheres (correlação com o ODS 5), crescimento de micro, pequenas e médias empresas, além de incentivos que fortalecem a economia nacional e impactam na economia internacional (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 7 indicadores com o status produzido e 6 indicadores com o status em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 8 apresenta as metas direcionadas ao ODS 8, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 8 - Metas ODS 8

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos	8.1	Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos
	8.2	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra
	8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros
	8.4	Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança
	8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor
	8.6	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação
	8.7	Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas
	8.8	Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários
	8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais
	8.10	Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos
	8.a	Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos
	8.b	Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 9 aborda o desenvolvimento da indústria, da inovação e da geração de valor, direcionando como tema central a infraestrutura básica de suporte. Ressalta-se que o desenvolvimento tecnológico e a diversificação industrial possuem papel extremamente importante, pois possibilitam o ganho em eficiência produtiva (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 10 indicadores com o status produzido e 1 indicador com o status em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 9 apresenta as metas direcionadas ao ODS 9, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 9 - Metas ODS 9

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos
	9.2	Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos
	9.3	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados
	9.4	Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades
	9.5	Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento
	9.a	Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
	9.b	Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities
	9.c	Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 10 aborda a redução das desigualdades, seja dentro e entre os países, assegurando os subsídios e medidas institucionais necessárias para que a igualdade, em sua forma totalitária seja praticada para todos os indivíduos (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 11 indicadores com o status produzido e 5 indicadores com o status em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 10 apresenta as metas direcionadas ao ODS 10, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 10 - Metas ODS 10

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	10.1	Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional
	10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra
	10.3	Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito
	10.4	Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade
	10.5	Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações
	10.6	Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas
	10.7	Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas
	10.a	Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC
	10.b	Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais
	10.c	Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 11 aborda como foco principal cidades mais inclusivas, seguras, sustentáveis e resilientes a desastres. As metas desse ODS estipulam itens integrados especialmente ao ODS 10, com a realização de urbanização das favelas, mobilidade urbana, redução de impactos ambientais, dentre outros aspectos (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 9 indicadores com o status produzido (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 11 apresenta as metas direcionadas ao ODS 11, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 11 - Metas ODS 11

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
	11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
	11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
	11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
	11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
	11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
	11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
	11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
	11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
	11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 12 traz a atenção para uma visão globalizada sobre a produção e o consumo sustentáveis levantando estratégias por meio da realização de compras públicas sustentáveis, que vão desde as empresas até a gestão de um Estado (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 5 indicadores com o status produzido e 1 indicador com o status de em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 12 apresenta as metas direcionadas ao ODS 12, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 12 - Metas ODS 12

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	12.1	Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento
	12.2	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais
	12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita
	12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente
	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso
	12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios
	12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais
	12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza
	12.a	Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo
	12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
	12.c	Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 13 possui integração com o ODS 11, no que diz respeito a estratégias inclusivas e resilientes que englobem a todos. O ODS 13 confere a capacidade de adaptação frente aos riscos associados ao clima e às catástrofes naturais (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 5 indicadores com o status produzido (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 13 apresenta as metas direcionadas ao ODS 13, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 13 - Metas ODS 13

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*)	13.1	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países
	13.2	Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais
	13.3	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima
	13.a	Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível
	1.3b	Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas
(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.		

Fonte: (ONU/BR, 2023b).

O ODS 14 integra com o ODS 6, no que tange à água ser um recurso indispensável à vida. O ODS 14 se apropria da conservação dos recursos marinhos, da preservação do acesso ao mar, da preservação dos recursos naturais e da atenção aos mercados para o pescador artesanal (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 2 indicadores com o status produzido e 2 indicadores com o status de em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 14 apresenta as metas direcionadas ao ODS 14, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 14 - Metas ODS 14

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes
	14.2	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos
	14.3	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis
	14.4	Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas
	14.5	Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível
	14.6	Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio
	14.7	Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo
	14.a	Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos
	14.b	Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados
	14.c	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”

Fonte: (ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023a).

O ODS 15 possui como tema principal a preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas e da biodiversidade. Este ODS também reforça a importância na preservação do que já existe e a reversão das áreas que já passaram por degradação, visando à minimização do processo de desertificação e danos as espécies (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 3 indicadores com o status produzido e 9 indicadores com o status de em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 15 apresenta as metas direcionadas ao ODS 15, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 15 - Metas ODS 15

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	15.1	Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais
	15.2	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente
	15.3	Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo
	15.4	Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável
	15.5	Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas
	15.6	Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos
	15.7	Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem
	15.8	Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias
	15.9	Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas
	15.a	Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas
	15.b	Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento
	15.c	Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável

Fonte: (Adaptado de ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023).

O ODS 16 apresenta como tema central o acesso à justiça, à segurança pública e a promoção de uma sociedade mais pacífica, integrando metas que envolvem tráfico de crianças, corrupção, crimes internacionais entre outros (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 7 indicadores com o status produzido e 8 indicadores com o status de em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 16 apresenta as metas direcionadas ao ODS 16, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 16 - Metas ODS 16

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	16.1	Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares
	16.2	Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças
	16.3	Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos
	16.4	Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado
	16.5	Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
	16.6	Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
	16.7	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
	16.8	Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global
	16.9	Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento
	16.10	Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
	16.a	Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime
	16.b	Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

Fonte: (Adaptado de ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023).

O ODS 17 é o que apresenta mais metas, pois além de integrar com os demais ODS aborda diferentes frentes associadas ao desenvolvimento sustentável. As metas desse ODS se subdividem entre finanças, tecnologia, capacitação, comércio, coerência de políticas e instituições, parcerias multissetoriais, dados, monitoramento e preservação de contas. O seu foco está relacionado à ação internacional de auxílio, de forma a ampliar as possibilidades de investimento, transferência tecnológica e comércio multilateral (ESTRATÉGIA ODS, 2023).

O Brasil possui 6 indicadores com o status produzido e 13 indicadores com o status de em análise/construção (ODS BRASIL, 2024). O Quadro 17 apresenta as metas direcionadas ao ODS 17, com destaque em verde para os indicadores que possuem o status produzido.

Quadro 17 - Metas ODS 17

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	17.1	Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas
	17.2	Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos
	17.3	Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes
	17.4	Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento
	17.5	Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos
	17.6	Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global
	17.7	Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado
	17.8	Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação
	17.9	Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular
	17.10	Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha
	17.11	Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020
	17.12	Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado
	17.13	Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas
	17.14	Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável
	17.15	Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável
	17.16	Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento
	17.17	Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias
	17.18	Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais
	17.19	Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

Fonte: (Adaptado de ODS BRASIL, 2024; ONU/BR, 2023).

Conforme visualizado, os 17 ODS são integrados e alinham, de forma equilibrada, com o tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental (UFMG, 2021).

3.2 Tripé da Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade foi definido pela ONU em 1987 como a forma de suprir as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras¹. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), define a sustentabilidade como um conceito amplo, sendo um objetivo de alcance a longo prazo, enquanto o desenvolvimento sustentável é relativo aos processos e caminhos para se chegar à sustentabilidade.

O tripé da sustentabilidade (Triple Bottom Line) é um conceito desenvolvido pelo sociólogo John Elkington para caracterizar os resultados de uma organização a partir de três direcionamentos: economicamente viável (econômico), socialmente justa (social) e ambientalmente correta (ambiental) (EKKO GREEN, 2023).

O conceito de sustentabilidade nas ações de uma instituição ou empresa pode ser refletida no aspecto social, como a priorização do bem-estar humano, proporcionando um ambiente favorável ao melhor exercício das funções. No aspecto ambiental devem ser adotadas ações que equilibrem consumo e produção, de forma a minimizar a pressão ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e a poluição. Por fim, no aspecto econômico a empresa deve gerenciar os recursos, de forma a alcançar a eficiência e o fluxo constante de investimentos (AZEVEDO, 2023). A Figura 4 apresenta as esferas que compõem o tripé da sustentabilidade.

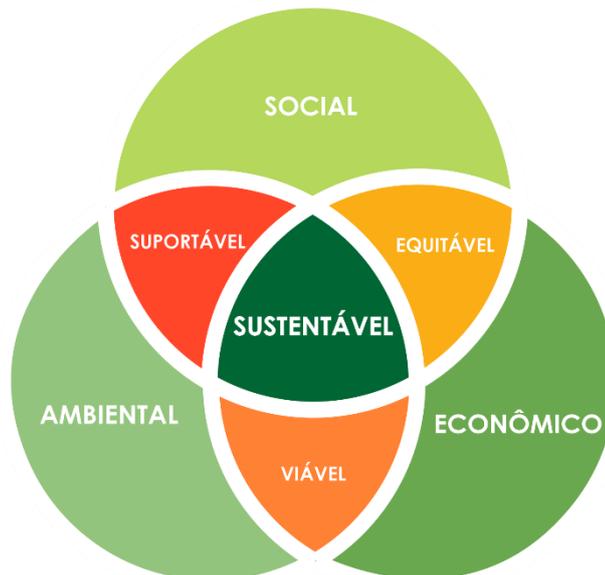


Figura 4 - Tripé da Sustentabilidade
Fonte: (INSTITUTO SOUL, 2023).

A busca por uma harmonização entre as esferas ambiental e econômica garante a viabilidade dos processos e a associação de propostas que visem a garantia do atendimento dos eixos. Social e econômico asseguram a melhoria do bem-estar e equidade. A união entre os cenários social e o ambiental gera um ambiente suportável.

¹ JOKURA, 2022 apud

Somente com o entrelaçamento de todas as esferas que se [é possível garantir o espaço da sustentabilidade (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Conforme ADAMS (2006), as esferas não podem ser tratadas como equivalentes, pois a economia é uma instituição que emerge da sociedade, diferentemente do aspecto ambiental, que pode ser considerado como base para o social e o econômico. A observação correta do tripé da sustentabilidade é relacionada a garantia de que todos os três aspectos estejam alinhados e integrados.

No ano de 2001, a cultura foi considerada como 4º pilar da sustentabilidade, conceito criado por Jon Hawkes para destacar a importância da cultura e seu valor para avaliar o passado e planejar o futuro (FERNANDES, 2010). A evolução do conceito da sustentabilidade passou a adotar o termo: culturalmente aceito para designar o 4º pilar da sustentabilidade (CARVALHO, 2016). A inclusão desse pilar possibilita uma organização culturalmente rica e diversa, com forte identidade, história e pertencimento (SALA DE LEITURA, 2023).

3.3 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Os 5Rs são uma política que objetiva a redução na geração dos resíduos, apresentando cinco palavras-chave para a conscientização social: reduzir, repensar, reaproveitar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais negativos (CANAL DO EDUCADOR, 2023). Os 5Rs foram a base para a construção estrutural dos cinco eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e das ações decorrentes para cada eixo (ANA, 2023). A Tabela 1 apresenta o direcionamento de cada palavra-chave que compõe os 5Rs.

Tabela 1 - Os 5 Rs

Palavra-chave	Direcionamento
Repensar	Repensar as práticas em relação ao custo para o meio ambiente
Recusar	Reflexão sobre o impacto do consumismo, a fim de minimizar a aquisição de bens que não são necessários
Reduzir	Avaliação dos pontos em que é possível poupar, especialmente no que se refere a recursos naturais
Reutilizar	Avaliação dos objetos que podem ser reutilizados
Reciclar	Reaproveitar o produto para que se torne matéria-prima para a fabricação de outro objeto

Fonte: (CANAL DO EDUCADOR, 2023).

A A3P é um programa de adesão voluntária que visa a implantação da responsabilidade socioambiental nas atividades desenvolvidas pela administração pública. Possui como objetivo sensibilizar os gestores públicos para questões socioambientais; promover a economia de recursos naturais e redução de gastos; reduzir o impacto socioambiental negativo; contribuir para a revisão de padrões de produção e consumo; contribuir para a melhoria da qualidade de vida (ANA, 2023). Pode ser implementada nas três esferas (estadual, municipal e federal), sendo a maior procura realizada pela esfera federal e a ação é proposta pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), focalizada para a construção de uma nova cultura institucional, baseada em eixos temáticos (BRASIL, 2023d).

Os eixos temáticos da A3P são: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras públicas sustentáveis; construções sustentáveis; sensibilização e capacitação dos servidores (A3P, 2023a; BRASIL, 2020). A Tabela 2 apresenta a correlação entre os eixos temáticos, direcionamentos e indicadores relacionados a A3P.

Tabela 2 - Eixos temáticos x Direcionamentos x Indicadores da A3P

Eixos Temáticos	Direcionamentos	Indicadores
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Utilizar os recursos naturais de forma econômica, racional e evitando o desperdício. Engloba uso racional da energia, água e madeira, papel, copos plásticos e materiais de expediente	Consumo de papel Consumo de energia Consumo de copos descartáveis Consumo de água Transporte aéreo Transporte terrestre
Gestão adequada dos resíduos gerados	Utilizar a política dos 5Rs para a gestão dos resíduos gerados na instituição	Implantação da coleta seletiva Resíduos eletroeletrônicos (eletrônicos) Adequação ao Decreto Presidencial nº 5.940/2006 Destinação adequada dos resíduos perigosos
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Proporcionar ao colaborador melhor qualidade de vida através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional, que acabam por impactar de forma positiva nas atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho	Implantação de programas de qualidade de vida, saúde e segurança
Sensibilização e capacitação dos servidores	Criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos colaboradores da instituição	Elaboração de plano de capacitação e formação da comissão gestora da A3P
Compras públicas sustentáveis	Promover responsabilidade socioambiental em todo o processo de compras	Aquisições, contratações e projetos ambientalmente sustentáveis
Construções Sustentáveis	Construção e/ou reforma considerando-se os critérios de sustentabilidade e a minimização de impactos ambientais	Construções e/ou reformas ambientalmente sustentáveis

Fonte: Adaptado de (A3P, 2023b; ANA, 2023)

Os indicadores são utilizados para avaliar a implementação dos eixos temáticos, monitoramento, avaliação das atividades e definição de metas/ações de aperfeiçoamento (A3P, 2023b). A Agenda conta com um sistema virtual chamado Ressoa, utilizado como instrumento para auxiliar o monitoramento da gestão socioambiental pelo órgão e supervisionado pela A3P (MMA, 2023a).

A A3P possui o Selo Sustentabilidade na Administração Pública, que se divide em três categorias: verde, laranja e prata, de forma a conceder as instituições parceiras que estão envolvidas com a implantação de práticas sustentáveis. O selo verde representa a instituição que possui adesão oficial a A3P, contando com a apresentação de ações, prazos de cumprimento e monitoramento. O selo laranja representa a instituição que possui ações destacadas pelo Prêmio A3P. O selo prata representa a instituição que entrega o relatório de monitoramento conforme plano de trabalho. Os selos verde e prata são concedidos a cada cinco meses, enquanto o selo laranja é concedido após a cerimônia de premiação (MMA, 2014).

3.4 Legislação Brasileira

A legislação brasileira relacionada à área ambiental utiliza como base o *caput* do art. 225 da Constituição Federal/1988:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

3.4.1 Lei de Educação Ambiental

A Lei nº 9.795/1999 – Lei de Educação Ambiental – apresenta as diretrizes necessárias à educação ambiental, além de instituir a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). O art 5º da referida norma preconiza como objetivos da educação ambiental (BRASIL, 1999):

- Desenvolver de forma integrada a compressão do meio ambiente, considerando-se os aspectos multidisciplinares;
- Democratização das informações;
- Estímulo e fortalecimento da consciência crítica, frente aos problemas ambientais;
- Incentivo a participação do indivíduo e do coletivo;
- Estímulo à cooperação para fortalecer ações sustentáveis;
- Fortalecer a integração da ciência e tecnologia para auxiliarem em ações sustentáveis;
- Fortalecimento de ações coletivas sustentáveis para fundamentar o futuro positivo da humanidade.

3.4.2 Visibilidade das Ações Institucionais

A visibilidade das ações institucionais é preconizada pela Lei Complementar Federal (LCP) nº 131/2009 – Lei da Transparência – e pela Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – (SISGOV, 2022).

A Lei da Transparência estabelece as orientações necessárias para que a instituição pública divulgue ações relativas às despesas e receitas. O referido documento assegura: o incentivo a participação popular e realização de audiências públicas, em caso de elaboração e discussão de planos e demais documentos institucionais; liberação de ações ao conhecimento e acompanhamento da sociedade; adoção ao sistema integrado que atenda ao padrão mínimo de qualidade exigido pelo Governo Federal (BRASIL, 2009).

A Lei de Acesso à Informação estabelece as orientações necessárias para que a instituição disponibilize documentos e informações de forma pública a partir das plataformas digitais e demais meios que achar pertinentes. A Lei assegura que as instituições forneçam: gestão transparente da informação; proteção da informação de forma a garantir disponibilidade, autenticidade e integridade; proteção da informação sigilosa, de forma a garantir disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso (BRASIL, 2011).

A página da instituição deve apresentar minimamente informações relativas a instituição, convênios, despesas, licitações e contratos, ações e programas, perguntas frequentes (SISGOV, 2022).

3.4.3 Decretos

O Decreto Federal nº 7.746/2012 estabelece critérios e práticas para o desenvolvimento sustentável direcionado a administração pública, além de instituir a

Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP) (BRASIL, 2012b). O Decreto Federal nº 9.178/2017 altera o Decreto nº 7.746/2012, estabelecendo valores atualizados para o desenvolvimento sustentável e a instituição do CISAP (BRASIL, 2017).

O Decreto Federal nº 9.178/2017 reforça a obrigatoriedade das instituições públicas elaborarem o PLS considerando-se (BRASIL, 2017):

- Atualização do inventário de bens e materiais, identificando similares que representem menor impacto ambiental;
- Práticas de sustentabilidade e racionalização para materiais e serviços;
- Gerenciamento correto do PLS, englobando os itens exigidos pelas normativas;
- Ações de conscientização, capacitação e divulgação.

3.5 O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

A Instrução Normativa (IN) nº 10/2012 é um documento que estabelece regras para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), o qual é tratado no Decreto nº 7.746/2012 (alterado pelo Decreto nº 9.178/2017) (BRASIL, 2012b).

O PLS é um documento obrigatório regulamentado pela IN nº 10/2012, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que apresenta regras de elaboração direcionada, no mínimo, por sete temas: material de consumo; energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações públicas; deslocamento de pessoal (BRASIL, 2012b).

O objetivo envolve o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos/processos na administração pública (BRASIL, 2012b). A Tabela 3 apresenta uma correlação entre os eixos temáticos, direcionamentos e indicadores do PLS.

Tabela 3 – Temas x Direcionamentos x Indicadores do PLS

Temas do PLS	Direcionamentos	Indicadores
Material de consumo	Utilizar os recursos de forma econômica e consciente, evitando o desperdício	Consumo de papel Consumo de copos descartáveis Consumo de cartuchos para impressão
Energia elétrica	Monitorar o consumo e gastos com energia elétrica, visando maior eficiência do gasto	Consumo de energia
Água e esgoto	Monitorar o consumo e gastos com água e esgoto, visando ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade	Consumo de água Consumo de esgoto
Coleta seletiva	Monitorar a geração de resíduos e sua destinação, visando a redução e o aumento da destinação ambientalmente correta	Implantação da coleta seletiva Destinação adequada dos resíduos
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Monitorar a participação da força de trabalho em ações de qualidade de vida	Implantação de ações de qualidade de vida
Compras e contratações sustentáveis	Promover o desenvolvimento sustentável para todos os processos de aquisição e contratações	Aquisições e contratações sustentáveis
Deslocamento de pessoal	Monitorar o consumo de combustíveis e a gestão da mobilidade do órgão, visando maior eficiência	Transporte aéreo Transporte terrestre Redução de gastos Emissão de substâncias poluentes

Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2012b; TRF3, 2022)

Conforme a IN nº 10/2012, o documento deve abordar, no mínimo: atualização do inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição; práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; ações de divulgação, conscientização e capacitação.

As práticas de sustentabilidade abordadas no PLS devem ser divididas por temas que se desdobram em abordagens e planos de ação (BRASIL, 2012b). A Tabela 4 apresenta de forma correlacionada os temas dos PLS, as abordagens e os planos de ação.

Tabela 4 - Temas do PLS x Abordagem x Planos de ação

Temas do PLS	Abordagem	Planos de Ação
Material de consumo	Atualização do inventário	Objetivo do plano de ação
Energia elétrica	Identificação de similares de menor impacto ambiental	Detalhamento de implementação das ações
Água e esgoto	Práticas de sustentabilidade e racionalização	Unidades e áreas envolvidas na implementação
Coleta seletiva		
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Ações de divulgação, conscientização e capacitação	Metas a serem alcançadas
Compras e contratações sustentáveis		Cronograma de implantação das ações
Deslocamento de pessoal		Previsão de recursos para a implementação das ações

Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2012b).

Conforme exigido pela IN nº 10/2012:

- Todas as instituições da administração pública federal devem elaborar um PLS;
- Os PLS deverão ser elaborados e publicados amplamente no site da instituição (art. 12);
- Os resultados alcançados deverão ser publicados semestralmente no site da instituição, contendo metas e resultados medidos pelos indicadores (art. 13);
- Ao final de cada ano deverá ser elaborado um relatório contendo a consolidação dos resultados alcançados e a identificação das ações a serem desenvolvidas (art. 14);
- Os relatórios dos PLS deverão ser publicados nos sites das instituições e encaminhados à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP) (parágrafo único).

A IN nº 10/2012 apresenta iniciativas que podem ser utilizadas pela instituição como base para a elaboração do PLS:

- Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG);
- Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel);
- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Coleta Seletiva Solidária;
- Projeto Esplanada Sustentável (PES);
- Contratações Públicas Sustentáveis (CPS).

O PLS, se realizado conforme previsto, permite a visualização transparente das ações sustentáveis, seus indicadores e o acesso a todos os interessados da informação (BARROS *et al.*, 2021).

3.5.1 Plano Diretor de Logística Sustentável

A Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional destaca o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) como um dos instrumento de governança nas contratações públicas, de forma a assegurar a seleção da proposta de contratação mais vantajosa para a administração pública; assegurar o tratamento isonômico e a justa competição; incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável (BRASIL, 2021).

A Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 descreve no art. 8º os itens que devem constar no PLS:

I - Diretrizes para a gestão estratégica das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade;

II - Metodologia para aferição de custos indiretos, que poderão ser considerados na escolha da opção mais vantajosa à Administração, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação, tratamento de resíduos sólidos e impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto contratado;

III - ações voltadas para:

- a) promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços;
- b) racionalização da ocupação dos espaços físicos;
- c) identificação dos objetos de menor impacto ambiental;
- d) fomento à inovação no mercado;
- e) inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas; e
- f) divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável;

IV - Responsabilidades dos atores envolvidos na elaboração, na execução, no monitoramento e na avaliação do PLS; e

V - Metodologia para implementação, monitoramento e avaliação do PLS.

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) é um instrumento de governança preconizado pela Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 que define estratégias para contratações e logísticas de uma instituição, no que tange aos critérios e práticas de sustentabilidade - dimensões econômica, social, ambiental e cultural. O novo objetivo do PLS envolve nortear a elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) para as contratações realizadas pela administração pública federal (BRASIL, 2023c).

A Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023, que institui o modelo de referência do PLS, vinculado às exigências descritas na Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 apresenta o Caderno de Logística – Plano Diretor de Logística Sustentável como modelo que deverá ser utilizado pelas instituições da administração pública federal. (BRASIL, 2023b).

O Caderno de Logística – Plano Diretor de Logística Sustentável é um modelo norteador para a elaboração do PLS, o qual descreve o encadeamento entre os ODS, metas dos ODS e as compras públicas, de forma a estabelecer novos paradigmas para a gestão interna, além de influenciar o mercado a partir de uma visão mais sustentável de todo o processo. O documento apresenta seis temas para o PLS, também chamado de eixos temáticos, conforme apresentado pela Figura 5.



Figura 5 – Eixos temáticos do PLS
Fonte: (BRASIL, 2023a)

O ciclo de vida do PLS acontece em 4 fases: preparação, elaboração, execução e avaliação. A preparação é o mapeamento das informações, caracterização da logística e análise da problemática. A elaboração é a investigação, proposição e validação. A execução é a implementação das ações planejadas e o monitoramento contínuo. A avaliação é a análise de desempenho dos resultados obtidos (BRASIL, 2023a).

A Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023 descreve que o antigo modelo de PLS, chamado de Plano de Gestão de Logística Sustentável deverá ser ajustado ao novo modelo de referência até 31 de dezembro de 2024 ou o encerramento do PLS atual e necessidade de revisão (BRASIL, 2023b). Importante ressaltar que as instituições que não possuírem o PLS deverão ter 180 dias, contados da publicação da portaria, para se adequarem, o que inclui a fase de implementação do PLS institucional no modelo orientado pelo Caderno de Logística (AGÊNCIA GOV, 2023).

Em termos comparativos entre as versões do PLS (IN nº 10/2012 x Caderno de Logística) e suas exigências legais o Caderno de Logística apresenta a inserção de novos termos técnicos, passando de “Temas do PLS” para “Eixos Temáticos do PLS”; inserção de novos eixos temáticos; ampliação da visão estratégica do documento, de forma a facilitar o poder de compra do estado como indutor do desenvolvimento nacional sustentável (AGÊNCIA GOV, 2023). A Tabela 5 apresenta a comparação entre as versões do PLS e suas exigências legais.

Tabela 5 – Comparação IN nº 10/2012 x Caderno de Logística

Norteador		Atribuição		Plano de Ação	
IN nº 10/2012	Caderno de Logística	IN nº 10/2012	Caderno de Logística	IN nº 10/2012	Caderno de Logística
Material de consumo	Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços	Elaboração	Preparação	Objetivo do plano de ação	Diretriz estratégica
Energia elétrica		Monitoramento	Elaboração/Revisão: investigação, proposição e validação final	Detalhamento de implementação das ações	Objetivo do plano de ação
Água e esgoto	Racionalização da ocupação dos espaços físicos	Avaliação		Execução	Unidades e áreas envolvidas na implementação
Coleta seletiva	Identificação dos objetivos de menor impacto ambiental	Revisão	Avaliação		Metas a serem alcançadas
Qualidade de vida no ambiente de trabalho				Fomento à inovação no mercado	Cronograma de implantação das ações
Compras e contratações sustentáveis	Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas	Recursos necessários	Riscos envolvidos		
Deslocamento de pessoal	Divulgação, conscientização e capacitação				

Fonte: (Adaptado de BRASIL, 2012, 2023)

3.6 PLS x A3P x ODS

Com base nas regras descritas para a Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais é obrigatória a elaboração do PLS conforme IN nº 10/2012. Para a elaboração do documento, a CISAP sugere cinco etapas para sua implantação (CISAP, 2012). Utilizando como referencial os direcionamentos descritos na cartilha da A3P para a implantação da Agenda, o MMA sugere cinco etapas para a elaboração (CARVALHO, 2019). Desta forma, é possível estabelecer uma correlação entre as etapas de implantação do PLS e da A3P, conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 – Correlação entre as etapas de implantação do PLS e da A3P

Etapas para a implantação do PLS		Etapas para a implantação da A3P
1	Instituir comissão gestora	Instituir comissão gestora
2	Realizar diagnóstico/medição institucional	Realizar diagnóstico institucional
3	Elaborar o PLS	Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental (PGS)
4	Implementar do PLS	Promover a mobilização e sensibilização
5	Monitorar do PLS	Realizar a avaliação e o monitoramento
6	Verificar e avaliar	

Fonte: Adaptado de (A3P, 2023c; CISAP, 2012)

A comissão gestora do PLS deve ser instituída por meio de portaria, estabelecendo atribuições de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS (CISAP, 2012). A comissão gestora do PLS será encarregada de sensibilizar os gestores sobre a importância da implementação; realizar o diagnóstico institucional; realizar o planejamento das ações; apoiar a implantação das ações; promover o monitoramento das ações (IFRO, 2018).

O diagnóstico/medição institucional do PLS deve conter as informações relacionadas aos temas abordados na IN nº 10/2012, incluindo inventário de bens e material de consumo; inventário sustentável; práticas sustentáveis existentes (CISAP, 2012). O diagnóstico institucional da A3P deve conter informações relacionadas aos eixos temáticos, incluindo o mapeamento de gastos; revisão de programas existentes; descarte de resíduos; capacitação e conscientização; saúde e segurança; qualidade de vida; avaliação de recursos físicos e financeiros (A3P, 2023c).

A elaboração do PLS deve conter as práticas de sustentabilidade, incluindo alternativas sustentáveis de gestão; planos de ação; ações de divulgação, conscientização e capacitação; apêndices e submissão do PLS a secretaria executiva (CISAP, 2012). O Plano de Gestão Socioambiental (PGS) deve conter ações, objetivos, metas e recursos relacionados aos eixos temáticos. Deve organizar um cronograma de execução, definir indicadores, aprimoramento das atividades e correlacionar com o PLS, caso a instituição seja da administração pública federal (A3P, 2023c).

A implementação do PLS deve conter a publicação do plano; encaminhamento e divulgação; execução dos planos de ação (CISAP, 2012). A etapa da implementação do PLS deve conter campanhas de conscientização e sensibilização, além de promover um cronograma de execução (IFRO, 2018). A promoção da mobilização e sensibilização na A3P deve ser permanente e conter um plano de sensibilização das ações, de forma a incentivar a postura socioambiental (A3P, 2023c).

A etapa de monitorar o PLS possui caráter de acompanhamento das ações a partir da análise de indicadores e a etapa de verificar e avaliar possui caráter de revisão (CISAP, 2012). A etapa de avaliação e monitoramento na A3P possui o caráter de verificar o desempenho das ações a partir da avaliação de indicadores (A3P, 2023c).

O esperado é que o PLS e seus temas promovam o fortalecimento dos ODS e suas metas, de forma que todas as ações estejam identificadas minimamente com um dos ODS (UFRPE, 2022). A Tabela 7 apresenta uma correlação entre os temas do PLS, os eixos temáticos da A3P, os ODS e suas metas dos documentos analisados (A3P, 2023a; ALMEIDA et al., 2022; ANA, 2023; BRASIL, 2012b; ONU/BR, 2023a).

Tabela 7 - Correlação entre PLS, A3P e ODS

PLS	A3P	ODS	Meta (ODS)
Materiais de Consumo	Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	     	4.4 ² ; 6.3 ³ ; 7.2 ⁴ ; 9.4 ⁵ ; 12.2 ⁶ ; 13.2 ⁷
Energia Elétrica		     	6.3; 7.2; 9.4; 11.7 ⁸ ; 12.2; 13.2
Água e Esgoto	Construções Sustentáveis	     	6.3 ⁹ ; 3.9 ¹⁰ ; 4.4; 6.3; 11.7; 12.4 ¹¹ ; 12.5 ¹² ; 14.1 ¹³
Deslocamento de Pessoal		     	
Coleta seletiva	Gestão adequada dos resíduos gerados		

² 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

³ 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

⁴ Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

⁵ Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

⁶ Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

⁷ Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

⁸ Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

⁹ Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

¹⁰ Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo

¹¹ Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

¹² Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

¹³ Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

PLS	A3P	ODS	Meta (ODS)
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Qualidade de vida no ambiente de trabalho	    	3.8; 4.4; 5.5 ¹⁴ ; 5.c ¹⁵ ; 8.8 ¹⁶ ; 10.2 ¹⁷
Compras e contratações sustentáveis	Compras públicas sustentáveis	    	4.4; 8.2 ¹⁸ ; 11.7; 12.2; 12.7 ¹⁹ ; 13.2; 16.6 ²⁰
	Sensibilização e capacitação dos servidores	    	3.8; 4.4; 8.8; 12.8 ²¹ ; 13.3 ²² ; 16.10 ²³

Fonte: Adaptado de (A3P, 2023a; ALMEIDA et al., 2022; ANA, 2023; BRASIL, 2012b; ONU/BR, 2023a)

¹⁴ Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

¹⁵ Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

¹⁶ Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

¹⁷ Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

¹⁸ Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

¹⁹ Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

²⁰ Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

²¹ Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

²² Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

²³ Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

4. METODOLOGIA

4.1 Estudo de Caso

A pesquisa foi realizada com a utilização dos PLS elaborados com base na IN nº 10/2012, visto que a nova normativa foi emitida em setembro/2023 e as instituições não tiveram tempo hábil para adequação. Os dados considerados foram a análise dos dados disponibilizados pelas instituições em formato público nas plataformas oficiais, a análise documental disponibilizada com permissão da instituição, e a aplicação do instrumento para coleta de dados, voltada aos membros da comissão gestora do PLS. O estudo de caso envolveu as seguintes etapas para as instituições selecionadas:

- Levantamento e seleção das instituições de ensino;
- Análise documental;
- Coleta de dados.

4.1.1 Levantamento e Seleção das Instituições de Ensino

A seleção das instituições de ensino superior foi realizada em março/2023 a partir do Portal e-MEC²⁴, levando-se em consideração os seguintes filtros: Instituição de Ensino Superior > UF: Rio de Janeiro > Categoria Administrativa: Pública Federal > Organização Acadêmica: Institutos Federais/Universidades/Escola de Governo (E-MEC, 2023).

4.1.2 Análise Documental

A análise documental foi subdividida em dois pontos estratégicos: análise do PLS e análise das práticas sustentáveis. A análise do PLS consistiu em uma avaliação dos PLS disponibilizados de forma pública nas plataformas institucionais e fornecidas pelas IES que participaram da etapa questionário. O PLS de cada IES foi analisado levando-se em consideração os programas de iniciativas utilizadas como base para elaboração do documento e o atendimento às exigências descritas na IN nº 10/2012.

A análise das práticas de sustentabilidade consistiu na consideração de fontes informativas das práticas de sustentabilidade disponíveis nas plataformas virtuais institucionais, sendo utilizados como parâmetros: monitoramento do PLS, adesão à A3P e a transparência das ações.

O monitoramento do PLS foi avaliado a partir divulgação nas plataformas institucionais e na apresentação dos indicadores gerados a partir das ações definidas no plano de cada instituição, sendo estes correlacionados aos temas do PLS.

A adesão à A3P foi definida como as instituições que aderiram à iniciativa da Agenda como prática sustentável e a utilizaram como base na elaboração do PLS. Esse levantamento foi realizado em agosto/2023, a partir de pesquisa disponibilizada pelo portal da A3P na opção disponível no site²⁵ “Instituições Parceiras”.

Foi considerado como transparência das ações o atendimento a Lei Complementar Federal (LCP) nº 131/2009 – Lei da Transparência – e pela Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação que preconizam a divulgação de forma transparente as ações de uma instituição. O atendimento às legislações foi correlacionado com a divulgação de práticas ou projetos de cunho sustentável, não somente a publicação do PLS, seus relatórios ou adesão à A3P. Ressalta-se que os

²⁴ <https://emec.mec.gov.br/>

²⁵ <http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>

tópicos do PLS possuem caráter complementar e ocorreram em paralelo durante todo o período da pesquisa.

4.1.3 Coleta de Dados

O questionário foi elaborado pela autora, utilizando como base as exigências contidas na IN nº 10/2012 e referências bibliográficas de outros autores²⁶ para analisar o envolvimento das instituições com o PLS e seus temas, observando a expertise da comissão gestora diante dos desafios enfrentados na implantação do PLS em cada instituição.

O instrumento de coleta de dados foi submetido à Plataforma Brasil, sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 69799523.7.0000.5268, com o redirecionamento das informações para o comitê de ética das instituições coparticipantes. O Apêndice A apresenta o instrumento de coleta de dados (questionário) e os Anexos A à M, as documentações de aprovação emitidas pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP).

O questionário foi dividido em três partes: aspectos gerais; avaliação do PLS e resultados. A primeira parte abordou um panorama geral sobre o PLS e outras práticas sustentáveis correlacionadas ao tema, apresentando opções de resposta para cada pergunta. A segunda e terceira partes ofereceram como resposta parâmetros definidos (Figura 6), de forma a avaliar a exigência da normativa e sua relação com a realidade institucional.

1	2	3	4	5
Não é importante	Às vezes importante	Moderado	Importante	Muito importante

Figura 6 - Parâmetros utilizados no questionário
Fonte: Autor

5. DESENVOLVIMENTO

5.1 Levantamento e Seleção das Instituições de Ensino

Após a pesquisa no Portal e-MEC foram selecionadas 9 instituições públicas de ensino superior. O critério de inclusão envolveu a exigência de implantação do PLS nas instituições públicas da esfera federal, preconizada pela IN nº 10/2012. Os critérios de exclusão para a pesquisa envolveram os perfis: instituições públicas das esferas municipal e estadual, instituições particulares de ensino superior, instituições públicas e particulares de educação básica, instituições localizadas fora do estado do Rio de Janeiro. A Figura 7 apresenta o resultado da seleção das IES realizadas a partir do Portal e-MEC.

²⁶ BESSA, S. L. P. Análise de Políticas de Gestão de uma Instituição Pública e seu Alinhamento com Diretrizes Governamentais como Estratégia para a Implementação e Sensibilização em Gestão Sustentável. FREITAS, C. L. DE; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. Agenda Ambiental na Administração Pública: Uma Análise da Aderência de uma IFES as Diretrizes Propostas pela A3P. 2011. PEREIRA, R. F. R. Plano de Gestão de Logística Sustentável em uma Instituição Pública de Ensino.

Resultado da Consulta Por : INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR								
Histórico de índices Exportar Excel								
Instituição - IES	▲ Sigla	↕ Município/UF	Organização Acadêmica	↕ Categoria Administrativa	IGC	↕ CI	↕ CI-EaD	
(593) CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	Rio de Janeiro/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica	Pública Federal	4	3	-	
(21503) COLÉGIO PEDRO II	CP II	Rio de Janeiro/RJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública Federal	-	-	-	
(20342) Fundação Oswaldo Cruz	Fiocruz	Rio de Janeiro/RJ	Escola de Governo	Pública Federal	-	4	-	
(3163) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	IFRJ	Rio de Janeiro/RJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública Federal	4	4	-	
(1120) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	IF Fluminense	Campos dos Goytacazes/RJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública Federal	3	4	-	
(693) UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	Rio de Janeiro/RJ	Universidade	Pública Federal	4	3	3	
(586) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	Rio de Janeiro/RJ	Universidade	Pública Federal	5	5	4	
(572) UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	Niterói/RJ	Universidade	Pública Federal	4	5	4	
(574) UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	Seropédica/RJ	Universidade	Pública Federal	4	4	-	

© 2023 Ministério da Educação - Sistema e-MEC. Todos os direitos reservados.

Versão do Sistema: origin-master-124

Figura 7 - Instituições de Ensino Superior
Fonte: (E-MEC, 2023).

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) é uma instituição federal dividida em 8 *campi* que compreende um espaço público de formação humana científica e tecnológica, oferecendo cursos técnicos integrados ao ensino médio, subseqüentes, tecnológicos, graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). O CEFET/RJ possui como missão a promoção de educação, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão a formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade (CEFET/RJ, 2023a).

O Colégio Pedro II (CP II) é uma instituição federal que oferta ensino nos níveis de educação básica (infantil até o ensino médio), técnico integrado, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). O CP II possui como missão a promoção de educação de excelência (pública, gratuita e laica) para a formação de pessoas capazes de intervir de modo responsável na sociedade (CP II, 2023a).

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição federal de ensino (ensino médio, pós-graduação e pós-doutorado) e pesquisa ligada ao Ministério da Saúde (MS) e que possui atividades direcionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). A Fiocruz possui como missão a promoção, disseminação e o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias para o fortalecimento e consolidação do SUS, de forma a contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira (FIOCRUZ, 2023a).

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) é uma instituição federal que atua nos diferentes níveis e modalidades de ensino, desde a formação inicial e continuada, ensino técnico, graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) (IFRJ, 2023a). O IFRJ possui como missão a formação profissional e humana, com educação inclusiva e de qualidade, de forma a contribuir para o desenvolvimento do país (IFRJ, 2023b).

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) é uma instituição federal que possui formação inicial e continuada, nível técnico, graduação e pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) (IFF, 2023a). O IFF possui como missão a promoção da educação profissional e tecnológica, contando com a articulação de atores socioeducacionais e econômicos, para protagonizar políticas de educação e trabalho (IFF, 2023b).

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) é uma instituição que possui atividades direcionadas ao ensino de graduação e pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*). A UNIRIO possui como missão a produção e disseminação do conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para a melhoria da sociedade (UNIRIO, 2023a).

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição que possui atividades direcionadas ao ensino de formação básica (ensino médio), graduação e pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*). A UFRJ possui como missão a contribuição para o avanço científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFRJ, 2023a).

A Universidade Federal Fluminense (UFF) é uma instituição que oferta ensino nos níveis de educação básica (infantil até o ensino médio), graduação e pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*). A UFF possui como missão a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural para a formação de um cidadão pleno de valores éticos que contribua de forma positiva para a sociedade (UFF, 2023a).

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) é uma instituição que oferece atividades nos níveis médio, técnico, graduação e pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*). A UFRRJ possui como missão gerar, sistematizar, socializar e aplicar o saber científico, tecnológico, filosófico, artístico para ampliação e aprofundamento da formação do ser humano (UFRRJ, 2023).

5.2 Análise Documental

5.2.1 Análise do PLS Institucional

5.2.1.1 CEFET/RJ

O CEFET/RJ apresenta como documento base a Resolução nº 44/2018 (CEFET/RJ, 2018b), que aprova a Política de Sustentabilidade Ambiental, a fim de indicar os objetivos e instrumentos necessários para a implantação da política na instituição. O documento nomeia como agente implementador a Divisão Estratégica para Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI) (CEFET/RJ, 2018c).

O PLS elaborado pelo CEFET/RJ foi desenvolvido e aprovado pelo DISAI em 23 de novembro de 2018 (CEFET/RJ, 2018a), conforme Resolução nº 56/2018 (CEFET/RJ, 2018c), e a comissão gestora do PLS na instituição foi nomeada como Comitê de Sustentabilidade Ambiental Institucional (COSAI), destacando-se na composição a presença de profissionais de cada *campi*.

O CEFET/RJ se baseou nas seguintes iniciativas para elaboração do PLS: PEG; PROCEL; A3P; Coleta Seletiva Solidária; PES, e o documento adotou os seguintes temas: compras e contratações sustentáveis (consumo de papel, consumo de copos descartáveis, consumo de toner e cartucho, materiais permanentes, serviços administrativos); economia e conservação de energia ou energia; gerenciamento e uso sustentável de águas e efluentes ou água e efluentes; gestão de resíduos sólidos

ou resíduos sólidos; obras e construções sustentáveis; deslocamento de pessoal; qualidade de vida no ambiente de trabalho e de estudo. (CEFET/RJ, 2018a). O critério que a instituição utilizou para a avaliação dos temas do PLS foi realizado pelo grau de satisfação: totalmente satisfatório, satisfatório, parcialmente satisfatório e insatisfatório (CEFET/RJ, 2022). A instituição concordou em participar da pesquisa e respondeu ao questionário. A Tabela 8 apresenta a adequação do documento emitido pelo CEFET/RJ conforme exigido pela IN nº 10/2012.

Tabela 8 - Adequação do CEFET/RJ à IN nº 10/2012
PLS (IN nº 10/2012)

Conteúdo	PLS Institucional
Ano de elaboração	2018
Atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição	SIM
Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços	SIM
Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano	SIM
Ações de divulgação, conscientização e capacitação	SIM
Temas do PLS	
Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão	SIM
Energia elétrica	SIM
Água e esgoto	SIM
Coleta seletiva	SIM
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	SIM
Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial	SIM
Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes	SIM
Tema extra	NÃO
Plano de Ação	
Objetivo do Plano de Ação	CORRELACIONAR COM OS ODS
Detalhamento de implementação das ações	SIM
Unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis	SIM
Metas a serem alcançadas para cada ação	SIM
Cronograma de implantação das ações	SIM
Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações	SIM
Relatório de Acompanhamento PLS	
Consolidação dos resultados alcançados	SIM
Identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente	SIM

Fonte: Adaptado de (CEFET/RJ, 2018a)

Ressalta-se que todas as informações relacionadas ao PLS institucional estão disponíveis de forma pública no site²⁷ do CEFET/RJ.

5.2.1.2 CP II

O CP II apresenta como documento base a Portaria nº 717/2012 (CP II, 2012), que aprova a comissão gestora do PLS com membros representantes da unidade São Cristóvão. A inviabilidade da avaliação transcorre devido a instituição não possuir registro do período de emissão do PLS e nem disponibilizar o documento de forma pública nos canais institucionais. A instituição concordou em participar da pesquisa, porém, não respondeu ao questionário.

²⁷ <http://www.cefet-rj.br/index.php/sustentabilidade>

5.2.1.3 Fiocruz

O PLS elaborado pela Fiocruz foi desenvolvido no ano de 2021 e publicado como Portaria da Presidência nº 646/2021 (FIOCRUZ, 2021a). A comissão gestora foi nomeada com membros das unidades Fiocruz, conforme Portaria nº 535/2021 (FIOCRUZ, 2021c).

A Fiocruz permite que cada unidade elabore o seu próprio PLS, de forma optativa, porém, com a exigência de que o documento esteja compatível com o PLS institucional. As unidades Instituto Aggeu Magalhães (IAM/PE) (AGÊNCIA FIOCRUZ, 2016; FIOCRUZ, 2016) e Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) (ENSP, 2023) possuem o seu próprio PLS.

A Fiocruz se baseou na iniciativa da A3P e no Programa Fiocruz Saudável²⁸ para a elaboração do PLS. O documento está disponível de forma pública no site²⁹ e adotou os seguintes temas: bens móveis e imóveis; consumo de papel, copos plásticos e cartuchos e tonners; consumo de energia e de água e tratamento de efluente sanitário; gerenciamento de resíduos; qualidade de vida; compras e contratações sustentáveis; construções sustentáveis.

A instituição concordou em participar da pesquisa e respondeu ao questionário. A Tabela 9 apresenta a adequação do documento emitido pela Fiocruz conforme exigido pela IN nº 10/2012:

²⁸ Programa Fiocruz Saudável: programa institucional que destina a Fiocruz a condição de uma instituição saudável e ambientalmente sustentável (FIOCRUZ, 2021b).

²⁹ <https://portal.fiocruz.br/documento/plano-de-logistica-sustentavel-fiocruz>

Tabela 9 - Adequação da Fiocruz a IN nº 10/2012
PLS (IN nº 10/2012)

PLS (IN nº 10/2012)		PLS Institucional
Conteúdo		
Ano de elaboração		2021
Atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição		SIM
Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços		SIM
Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano		SIM
Ações de divulgação, conscientização e capacitação		SIM
Temas do PLS		
Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão		SIM
Energia elétrica		SIM
Água e esgoto		SIM
Coleta seletiva		SIM
Qualidade de vida no ambiente de trabalho		SIM
Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial		SIM
Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes		SIM
Tema extra		CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS
Plano de Ação		
Objetivo do Plano de Ação		CORRELACIONAR COM A3P E O PROGRAMA FIOCRUZ SAUDÁVEL
Detalhamento de implementação das ações		SIM
Unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis		SIM
Metas a serem alcançadas para cada ação		SIM
Cronograma de implantação das ações		SIM
Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações		SIM
Relatório de Acompanhamento PLS		
Consolidação dos resultados alcançados		SIM
Identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente		SIM

Fonte: Adaptado de (FIOCRUZ, 2021a)

5.2.1.4 IFRJ

A comissão gestora do IFRJ foi nomeada com membros do *campus* Maracanã, conforme Portaria nº 036/2019 (IFRJ, 2019) e subdividida por áreas de atuação: gestão ambiental; tecnologia da informação; comunicação; saúde; engenharia; serviços; patrimônio; pró-reitoria de extensão; segurança do trabalho; compras; desenvolvimento de pessoas; núcleo de governança.

A inviabilidade da avaliação transcorre devido a instituição não possuir registro do período de emissão do PLS e nem disponibilizar o documento de forma pública nos canais institucionais. O *campus* Maracanã concordou em participar da pesquisa, porém, não respondeu ao questionário.

5.2.1.5 IFF

A plataforma institucional do IFF menciona que o PLS é responsabilidade do Núcleo de Sustentabilidade do Instituto Federal Fluminense (NUSIFF) e a comissão gestora foi nomeada com alguns membros que compõem o Núcleo, conforme

oficializado pela Portaria nº 290/2021 (IFF, 2021b). Ressalta-se que os membros nomeados na portaria são representantes dos diversos *campi* da instituição.

A instituição concordou em participar da pesquisa, porém, não respondeu ao questionário. O PLS elaborado pelo IFF não está disponibilizado de forma aberta no site da instituição, tornando inviável a análise do documento.

5.2.1.6 UNIRIO

O PLS elaborado pela UNIRIO foi desenvolvido no ano de 2016 (UNIRIO, 2016a) sob coordenação da Comissão Permanente de Sustentabilidade Institucional (COPEI). O documento está disponibilizado no site³⁰ e apresenta como temas do PLS: material de consumo; energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal.

A comissão gestora foi nomeada com membros do COPEI conforme Portaria nº 107/2016 (UNIRIO, 2016b) e subdividida pelas áreas: Presidente; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Centro de Ciências Exatas e Tecnologia; Centro de Ciências Humanas e Sociais; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Centro de Letras e Artes; Pró-reitoria de Planejamento; Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação; Pró-reitoria de Graduação; Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa; Pró-reitoria de Extensão e Cultura; Pró-reitoria de Administração; Pró-reitoria de Gestão de Pessoas; Hospital Universitário Gaffrée e Guinle; Engenharia; Coordenadoria de Comunicação Social; Biblioteca Central; Arquivo Central; Ouvidoria; Direção de Assunto Estudantis; Diretório Central dos Estudantes; Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A instituição não respondeu às solicitações para participação na pesquisa. A Tabela 10 apresenta a adequação do documento emitido pela UNIRIO conforme exigido pela IN nº 10/2012.

³⁰ <http://www.unirio.br/copesi/documentos/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-unirio/view>

Tabela 10 - Adequação da UNIRIO a IN nº 10/2012
PLS (IN nº 10/2012)

PLS (IN nº 10/2012)		PLS Institucional
Conteúdo		
Ano de elaboração		2016
Atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição		SIM
Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços		SIM
Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano		SIM
Ações de divulgação, conscientização e capacitação		SIM
Temas do PLS		
Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão		SIM
Energia elétrica		SIM
Água e esgoto		SIM
Coleta seletiva		SIM
Qualidade de vida no ambiente de trabalho		SIM
Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial		SIM
Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes		SIM
Tema extra		
Plano de Ação		
Objetivo do Plano de Ação		ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO
Detalhamento de implementação das ações		SIM
Unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis		SIM
Metas a serem alcançadas para cada ação		SIM
Cronograma de implantação das ações		SIM
Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações		SIM
Relatório de Acompanhamento PLS		
Consolidação dos resultados alcançados		SIM
Identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente		SIM

Fonte: Adaptado de (UNIRIO, 2016a)

5.2.1.7 UFRJ

O PLS da UFRJ foi aprovado no ano de 2022 (UFRJ, 2022a), contendo o levantamento de dados desde o ano de 2019 e desmembrado em 6 partes, conforme os temas adotados pela instituição: material de consumo; energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho e deslocamento de pessoal. O documento está disponibilizado de forma pública no site³¹, em formato de relatório parcial, e não apresenta de forma clara os itens exigidos pela normativa, transparecendo que se trata de um relatório de monitoramento. Não foi encontrado o documento de nomeação da comissão gestora, porém, o portal de notícias da reitoria menciona profissionais que são representantes do PLS (UFRJ, 2023c).

A instituição não participou da pesquisa devido a descontinuidade de comunicação interna. A Tabela 11 apresenta a adequação do documento emitido pela UFRJ conforme exigido pela IN nº 10/2012.

³¹ <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-logistica-sustentavel/>

Tabela 11 - Adequação da UFRJ a IN nº 10/2012
PLS (IN nº 10/2012)

PLS (IN nº 10/2012)		PLS Institucional
Conteúdo		
Ano de elaboração		2022
Atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição		NÃO
Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços		SIM
Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano		NÃO
Ações de divulgação, conscientização e capacitação		NÃO
Temas do PLS		
Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão		SIM
Energia elétrica		SIM
Água e esgoto		SIM
Coleta seletiva		SIM
Qualidade de vida no ambiente de trabalho		SIM
Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial		NÃO
Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes		SIM
Tema extra		NÃO
Plano de Ação		
Objetivo do Plano de Ação		ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
Detalhamento de implementação das ações		SIM
Unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis		PARCIAL
Metas a serem alcançadas para cada ação		NÃO
Cronograma de implantação das ações		NÃO
Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações		SIM
Relatório de Acompanhamento PLS		
Consolidação dos resultados alcançados		SIM
Identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente		SIM

Fonte: Adaptado de (UFRJ, 2022a)

5.2.1.8 UFF

O PLS da UFF foi desenvolvido no ano de 2017 (UFF, 2017) pela Comissão Permanente de Sustentabilidade (CPS), conforme nomeação em Portaria nº 57.192/2016 (UFF, 2016) e, posteriormente, por meio da Portaria nº 60.767/2018 (UFF, 2018). A instituição se baseou nas seguintes iniciativas para elaboração do documento: PROCEL; A3P; Coleta Seletiva Solidária; PES.

A UFF adotou os seguintes eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos (referente aos temas do PLS: material de consumo; energia elétrica; água e esgoto; deslocamento de pessoal); gestão adequada dos resíduos (referente ao tema do PLS: coleta seletiva); qualidade de vida/sensibilização e capacitação (referente ao tema do PLS: qualidade de vida no ambiente de trabalho); licitações sustentáveis (referente ao tema do PLS: compras e contratações sustentáveis) (UFF, 2017).

A instituição não respondeu às solicitações para participação na pesquisa. O documento está disponibilizado de forma pública no site³². A Tabela 12 apresenta a adequação do documento emitido pela UFF conforme exigido pela IN nº 10/2012.

³² <https://www.uff.br/?q=plano-de-logistica-sustentavel>

Tabela 12 - Adequação da UFF a IN nº 10/2012
PLS (IN nº 10/2012)

PLS Institucional	
Conteúdo	
Ano de elaboração	2017
Atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição	SIM
Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços	SIM
Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano	SIM
Ações de divulgação, conscientização e capacitação	SIM
Temas do PLS	
Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão	SIM
Energia elétrica	SIM
Água e esgoto	SIM
Coleta seletiva	SIM
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	SIM
Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial	SIM
Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes	SIM
Tema extra	NÃO
Plano de Ação	
Objetivo do Plano de Ação	ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO
Detalhamento de implementação das ações	SIM
Unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis	SIM
Metas a serem alcançadas para cada ação	SIM
Cronograma de implantação das ações	SIM
Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações	SIM
Relatório de Acompanhamento PLS	
Consolidação dos resultados alcançados	SIM
Identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente	SIM

Fonte: Adaptado de (UFF, 2017)

5.2.1.9 UFRRJ

Segundo o Relatório de Gestão emitido pela instituição (UFRRJ, 2020a), o PLS foi elaborado em 2015 sob responsabilidade da Coordenação de Logística Sustentável (Colossus). A inviabilidade da avaliação transcorre devido a instituição não disponibilizar o documento de forma pública nos canais institucionais. A instituição não respondeu às solicitações para participação na pesquisa.

5.2.1.10 Panorama Geral: Análise do PLS

O panorama geral de análise do PLS institucional revelou que a maioria das IES possui o documento base, indicação de instância responsável (elaboração e monitoramento), porém, não disponibilizam as informações relativas ao tema em seus canais institucionais. A Tabela 13 apresenta a análise geral do PLS entre instituições.

Tabela 13 – Análise Comparativa do PLS Institucional

	CEFET/RJ	CP II	Fiocruz	IFF	IFRJ	UNIRIO	UFRJ	UFF	UFRRJ
Possui documento base?	X		X			X	X	X	X
Possui indicação de instância responsável pela elaboração do PLS?	X	X	X	X	X	X	X	X	
Possui indicação de instância responsável pelo monitoramento do PLS?	X		X			X			
O PLS está disponível de forma acessível no site da instituição?	X		X			X	X	X	

Fonte: Autor

Para Barros et al. (2021), que realizou uma análise do PLS entre os institutos federais no Brasil, a defasagem existente de IES que cumprem os requisitos legais reforça o alerta em relação à inserção incipiente da sustentabilidade. Para Cordeiro et al. (2022), que realizou uma análise da implantação do PLS entre instituições públicas de ensino superior federais brasileiras, destaca que existe baixo nível de adesão a legislações relacionadas a temas ambientais e o fato da IN nº 10/2012 não aplicar penalidades contribui de forma negativa para que as ações relacionadas ao tema fiquem em segundo plano.

5.2.2 Análise das Práticas Sustentáveis

O Gráfico 1 apresenta a análise das práticas sustentáveis obtidas a partir das informações disponibilizadas publicamente pelas instituições de ensino superior, conforme critérios definidos nesse trabalho.

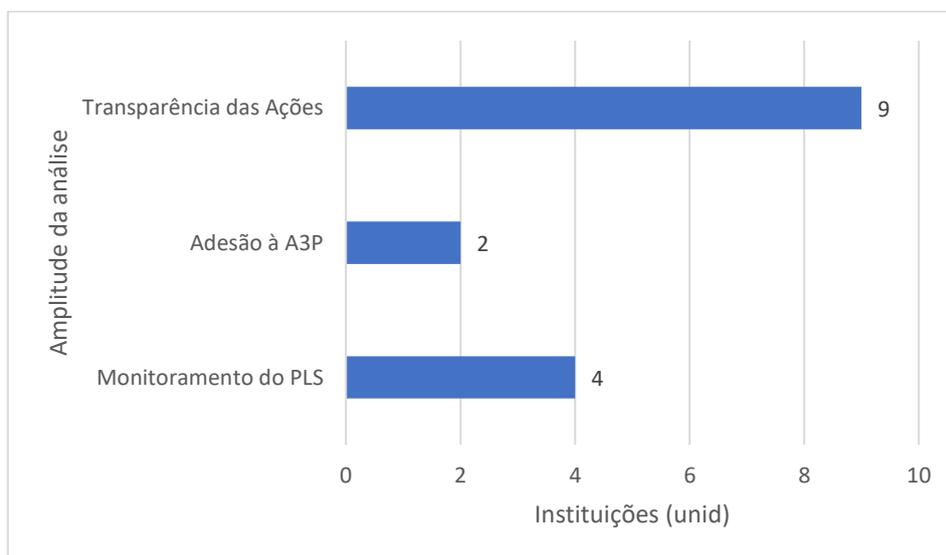


Gráfico 1 - Análise das práticas sustentáveis

Fonte: Autor

5.2.2.1 Monitoramento do PLS

As instituições que não constam neste item não possuem monitoramento do PLS, ou ações que contemplem os temas do PLS, disponível publicamente em suas plataformas institucionais.

O CEFET/RJ apresenta de forma pública em sua plataforma institucional³³ um modelo para monitoramento das práticas sustentáveis do PLS, subdividida entre *campi*, o qual aborda as ações relativas aos temas do PLS, indicadores de satisfação (insatisfatório ao totalmente satisfatório), pontos negativos e positivos, sugestões e responsáveis (CEFET/RJ, 2019).

O IFF apresenta em sua plataforma institucional dados referentes ao monitoramento do consumo de recursos naturais para os temas de energia e água dos anos de 2020 e 2021 (IFF, 2021a). Já a UNIRIO apresenta os relatórios de monitoramento do PLS, emitidos pela COPESI (UNIRIO, 2023b).

Por fim, a UFF apresenta em sua plataforma institucional os relatórios de monitoramento do PLS referentes aos anos de 2018 e 2021 (UFF, 2021).

5.2.2.2 Adesão à A3P

O resultado da busca realizada apresentou duas IES: CEFET/RJ e Fiocruz. A Figura 8 apresenta o resultado da seleção das IES realizada no portal A3P:

Nome	Poder	FEDERAL	Cidade	RJ
Casa da Moeda do Brasil	EXECUTIVO	FEDERAL	Rio de Janeiro	RJ
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ	EXECUTIVO	FEDERAL	Rio de Janeiro	RJ 
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ	EXECUTIVO	FEDERAL	Rio de Janeiro	RJ 
Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro	EXECUTIVO	FEDERAL	Rio de Janeiro	RJ
Hospital Federal Cardoso Fontes	EXECUTIVO	FEDERAL	Rio de Janeiro	RJ
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	EXECUTIVO	FEDERAL	Rio de Janeiro	RJ
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	EXECUTIVO	FEDERAL	Rio de Janeiro	RJ
Instituto Nacional de Tecnologia - INT	EXECUTIVO	FEDERAL	Rio de Janeiro	RJ
Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro - PAME-RJ	EXECUTIVO	FEDERAL	Rio de Janeiro	RJ
Policlínica Militar de Niterói	EXECUTIVO	FEDERAL	Niterói	RJ

Figura 8 - Instituições que possuem adesão à A3P
Fonte: (A3P, 2023d)

A adesão oficial do CEFET/RJ à A3P ocorreu no ano de 2018 e a instituição recebeu três selos verdes referentes aos anos de 2019 a 2021, que abordam a adesão, o monitoramento e o envio de indicadores para a plataforma Ressoa dentro do prazo estipulado pelo MMA. A instituição apresenta na sua plataforma institucional e de forma pública todas as informações referentes à A3P, assim como a atuação dos eixos estratégicos e seus indicadores (CEFET/RJ, 2023b).

No caso da Fiocruz, a adesão oficial ocorreu no ano de 2014 e no mesmo ano a instituição conquistou uma premiação no 5º Prêmio A3P “Melhores Práticas de Sustentabilidade” na categoria Gestão de Resíduos – Destaque da Rede com a Iniciativa – Gestão sustentável de resíduos perigosos em instituição de pesquisa em saúde pública (COGIC, 2014; MMA, 2023b). Após a premiação, a Fiocruz passou a adotar os selos verde e laranja, e a instituição não apresenta em sua plataforma institucional de forma pública as informações referentes a A3P. No entanto, disponibiliza de forma periódica o “Seminário A3P Fiocruz” em formato híbrido e com participação pública, contando com a apresentação de todas as informações

³³<http://www.cefet-rj.br/index.php/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls>

referentes ao tema, atuação dos eixos estratégicos e seus indicadores (FIOCRUZ, 2014).

O IFRJ possui em sua plataforma institucional portarias entre os anos de 2017 e 2020 que designam servidores para compor a comissão gestora da A3P (IFRJ, 2020). Embora a instituição não esteja atualmente na lista de parceiros disponibilizada no portal A3P, o histórico reforça que a iniciativa faz parte dos planos estratégicos da instituição para implantação da agenda na reitoria e nos *campi* do IFRJ, contando com 13 comissões da A3P e 13 comissões de coleta seletiva solidária, que atuam conjuntamente para cada *campi* (IFRJ, 2021b).

5.2.2.3 Transparência das Ações

As informações referentes à transparência das ações realizadas pelas IES e divulgadas em formato público nas plataformas institucionais são consideradas neste item 5.2.3. A amplitude desta análise refere-se a assuntos relacionados ao PLS e temas abrangentes como gestão ambiental e sustentabilidade. Toda e qualquer ação divulgada de forma oficial pela instituição foi considerada como aspecto positivo, pois reforça o seu compromisso com a sociedade. O panorama geral demonstrou que todas as IES possuem alguma divulgação de ações relacionadas ao tema de sustentabilidade, porém, nem todas possuem ações relacionadas ao PLS. A Tabela 14 apresenta a análise geral referente a transparência das ações institucionais.

Tabela 14 – Transparência das Ações Institucionais

	CEFET/RJ	CP II	Fiocruz	IFF	IFRJ	UNIRIO	UFRJ	UFF	UFRRJ
Transparência relacionada ao PLS?	X	X	X				X	X	
Transparência relacionada a A3P?	X		X		X				
Transparência relacionada a práticas sustentáveis?	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Autor

O CEFET/RJ apresenta todas as ações relacionadas ao PLS e práticas sustentáveis em formato público e atualizado nas plataformas institucionais. A instituição também fornece uma página vinculada ao site oficial e que possui todas as informações pertinentes ao tema sustentabilidade. Outras formas de monitoramento das ações institucionais envolvem a divulgação aberta dos Relatórios de Sustentabilidade anuais, Relatórios de Coleta Seletiva Solidária, Relatório do Projeto Consumo Consciente de Água e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (CEFET/RJ, 2023c).

O CPII apresenta de forma pública em sua plataforma institucional o Projeto de Sustentabilidade que apresenta o monitoramento do consumo de água, energia elétrica e gás entre os anos de 2014 e 2019 (CP II, 2023b).

A Fiocruz disponibiliza de forma pública na plataforma institucional da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos *Campi* (COGIC) informações relacionadas a gestão ambiental, que contemplam ações da A3P, PLS e demais atividades pertinentes ao tema sustentabilidade (FIOCRUZ, 2023b).

O IFRJ apresenta em sua plataforma institucional o relatório de diagnóstico socioambiental do ano de 2021 e cartilhas sobre a implantação da A3P, curso de capacitação – sustentabilidade na administração pública e manual de coleta seletiva solidária (IFRJ, 2021a).

O IFF apresenta em sua plataforma institucional correlacionada ao NUSIFF informações referentes ao tema sustentabilidade, contemplando ações de educação ambiental, documentos e relatórios (IFF, 2023c).

A UNIRIO apresenta em sua plataforma institucional correlacionada ao COPEI informações referentes ao tema sustentabilidade, contemplando eventos, relatórios e documentos. Outras formas de monitoramento da instituição envolvem a divulgação aberta dos Relatórios da Controladoria Geral da União, Relatórios de Gestão, Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (UNIRIO, 2023c).

A UFRJ possui na plataforma institucional da Prefeitura Universitária/UFRJ informações relacionadas à sustentabilidade que contemplam PLS, ações da A3P, gestão ambiental, eventos, legislações e demais ações pertinentes ao tema (UFRJ, 2022b). A instituição possui uma página direcionada ao PLS em rede social que possui o objetivo de divulgar ações de educação ambiental (UFRJ, 2023b).

A UFF apresenta na plataforma institucional da UFF Sustentável dados referentes ao PLS, assim como campanhas, eventos, relatórios e pesquisas relacionadas ao tema sustentabilidade (UFF, 2023b).

Por fim, a UFRRJ possui uma página direcionada ao Colossus em rede social que possui o objetivo de divulgar ações de educação ambiental (UFRRJ, 2020b).

5.2.2.4 Panorama Geral: Análise das Práticas Sustentáveis

O panorama geral revelou que as instituições apresentam poucas ações de cunho focal, quando direcionadas a normativas como o PLS ou adesão a um programa ambiental como a A3P. Em contrapartida, todas as instituições apresentaram ações relacionadas a práticas ou projetos sustentáveis. A tabela 15 apresenta a análise comparativa entre instituições sobre o tema de análise das práticas sustentáveis.

Tabela 15 – Análise Comparativa das Práticas Sustentáveis

	CEFET/RJ	CP II	Fiocruz	IFF	IFRJ	UNIRIO	UFRJ	UFF	UFRRJ
Monitoramento do PLS	X			X				X	
Adesão à A3P	X		X						
Transparência das ações	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Autor

Para MARQUES (2021), que discorre sobre a governança e o alinhamento de práticas de sustentabilidade em IES, a governança da unidade administrativa influencia as ações sustentáveis das unidades administrativas. A ausência de um setor de controle interno dificulta a padronização de ações sustentáveis.

Para ETHOS (2012), que discorre sobre a responsabilidade social corporativa, uma organização é socialmente responsável quando atende além às exigências legais e contribui de forma positiva para uma sociedade mais justa.

5.3 Coleta de Dados

O primeiro aspecto observado na etapa de coleta dados foi relacionado ao grau de retorno das instituições. Das nove instituições avaliadas no âmbito desta pesquisa cinco concordaram em participar do questionário: CEFET/RJ; CP II; Fiocruz; IFRJ e IFF, contudo, somente duas (CEFET/RJ e Fiocruz) assinaram o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), além de encaminharem a resposta do questionário.

Essa diferença pode ter ocorrido por fatores relacionados a comunicação interna institucional. Algumas instituições relataram desconhecimento do PLS e sua comissão gestora, outras a comunicação interna não foi finalizada e/ou a solicitação

se perdeu entre setores e por fim, outras chegaram até o último estágio de aprovação pelo CEP, porém, optaram por não responder ao questionário.

Os Anexos N e O apresentam os RCLEs das instituições que concordaram em responder ao questionário. Ressalta-se que, por sigilo e respeito a resposta das instituições o questionário individual não será disponibilizado, somente resultados comparativos.

5.3.1 Aspectos Gerais

A primeira pergunta abordou sobre os benefícios que o PLS pode trazer para a instituição. As respostas obtidas foram: indicadores de desempenho socioambientais (2); institucionalização da sustentabilidade (2); ações de educação ambiental (2); integração de diferentes áreas (2); apoio a tomada de decisões (2); atendimento à normativa (2); captação de recursos (1). As respostas demonstram que o PLS foi considerado como um documento estratégico para as instituições estudadas, permitindo o fortalecimento de ações no âmbito socioambiental.

A segunda buscou identificar a fase da realização de um PLS que apresentou maior resistência institucional. Foram apontadas a fase de elaboração e implantação, identificando a fase inicial como mais crítica, pois é necessário que seja construída uma base sólida no PLS para que as atividades futuras e suas ações não se tornem defasadas com o passar do tempo. Neste ponto, entende-se que uma base sólida representa um PLS eficiente.

A terceira problematizou a maior dificuldade no processo de implantação do PLS e ambas as instituições indicaram envolvimento das áreas/apoio de parceiros. Conforme justificada a defasagem do questionário pelas instituições, no que tange a solicitação se perder entre setores, o mesmo pensamento sobressai nesta terceira pergunta. Caso o envolvimento das áreas/apoio dos parceiros seja deficiente o PLS não poderá ser implantado com profundidade, cumprindo somente o atendimento à normativa.

A quarta apresentou a possibilidade de a instituição contemplar práticas relacionadas a sustentabilidade, mesmo que não apresente o PLS implantado. As duas instituições confirmaram que possuem práticas sustentáveis paralelas ao PLS. O questionamento apresenta uma preocupação prévia da IES a exigência da legislação, sobre o âmbito da sustentabilidade e possíveis ações possíveis que podem ser tomadas.

A quinta, decorrente da pergunta anterior, solicitou quais seriam as práticas sustentáveis e obteve como resposta coleta seletiva (2); coleta de pilha e bateria (1); coleta de óleo de cozinha (1); ações de sensibilização (1). As ações realizadas pelas instituições correlacionam diretamente com os temas do PLS, tornando-se estratégica a implantação dele.

Por fim, a sexta pergunta foi relacionada a adesão da instituição a A3P. As duas instituições aderiram a agenda, o que representa uma base estratégica para a elaboração do PLS, pois os temas correlacionam diretamente com os eixos da agenda.

5.3.2 Avaliação do PLS

A primeira pergunta questionou sobre o nível de satisfação com relação as ações sustentáveis na instituição. As duas instituições responderam com o parâmetro “muito importante”, o que representa maturidade institucional no que se refere ao tema sustentabilidade e ações de fortalecimento.

A segunda abordou a importância do PLS para a instituição, já a terceira questionou sobre a importância da comissão gestora do PLS para a instituição. Foram escolhidas as opções “importante” e “muito importante” para as duas perguntas. As respostas representam que existe uma preocupação a nível relevante pelas instituições.

A quarta apresentou sobre o nível de satisfação das reuniões da comissão gestora do PLS frente à necessidade de ações sustentáveis. As duas instituições responderam com o parâmetro “importante”. A resposta apresenta a importância das reuniões para a profundidade do PLS na instituição.

A quinta questionou sobre a participação da comunidade interna na prática de ações sustentáveis. Novamente, as duas instituições responderam com o parâmetro “importante”. A resposta destaca que a comunidade interna possui um papel importante para a prática sustentável e, conseqüentemente, a relevância do PLS.

A sexta discorreu sobre o nível de satisfação entre o que foi planejado pela comissão e o que foi efetivamente executado. As duas instituições responderam com o parâmetro “importante”. A resposta representa que as instituições conduzem uma boa gestão do PLS.

A sétima questionou sobre o nível de satisfação sobre o apoio da alta gestão no processo de implantação do PLS. As respostas seguiram: não é importante (0); às vezes importante (0); moderado (0); importante (1); muito importante (1). Este item representa que o apoio da alta gestão é muito importante para a eficiência do PLS.

A oitava sobre o nível de satisfação com relação ao envolvimento das áreas/apoio de parceiros no processo de implantação do PLS. As duas instituições responderam com o parâmetro “importante”. O comprometimento das áreas/apoio dos parceiros influencia diretamente na profundidade do PLS para a instituição.

A nona sobre a visibilidade das ações do PLS na Instituição. As duas instituições responderam com o parâmetro “importante”. A visibilidade das ações representa um retorno a toda a comunidade institucional, frisando transparência e a efetividade da gestão.

Por fim, a décima pergunta abordou sobre o nível de satisfação do plano de ação do PLS. Novamente, as duas instituições responderam com o parâmetro “importante”. O plano de ação representa o ponto-chave do PLS, no que diz respeito ao que foi planejado e como será executado. As instituições se mostram comprometidas com esses dois itens.

O Gráfico 2 apresenta uma análise geral da segunda parte do questionário – avaliação do PLS.

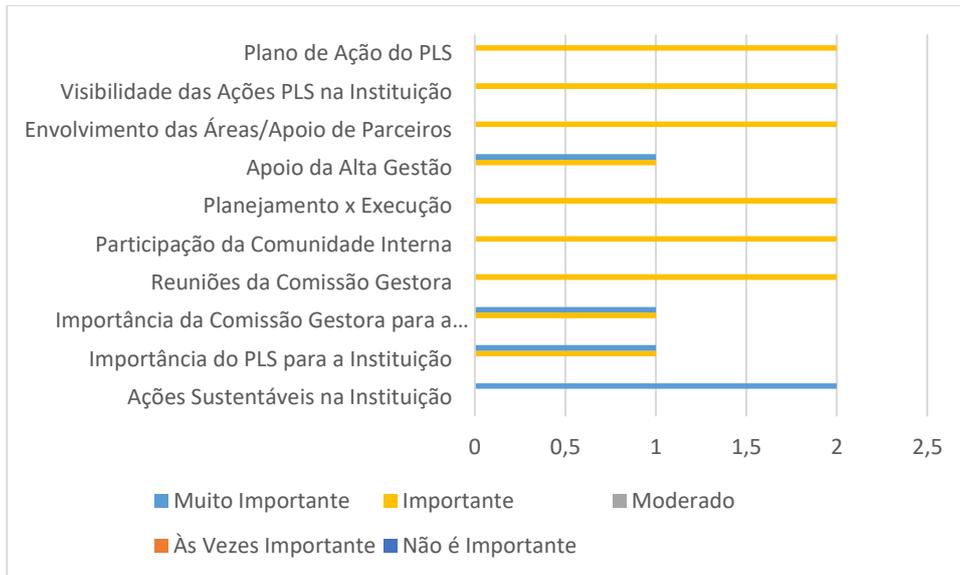


Gráfico 2 – Análise geral da segunda parte: avaliação do PLS
Fonte: Autor

5.3.3 Resultados do PLS

A primeira pergunta abordou sobre o nível de implantação do PLS na instituição. As duas instituições responderam com o parâmetro “muito importante”. O nível de implantação máximo representa que as instituições possuem maturidade institucional.

As perguntas de 2 a 8 discorreram, respectivamente, sobre o nível de satisfação para cada tema do PLS: material de consumo; energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal. O Gráfico 3 apresenta o resultado para as perguntas acima mencionadas:

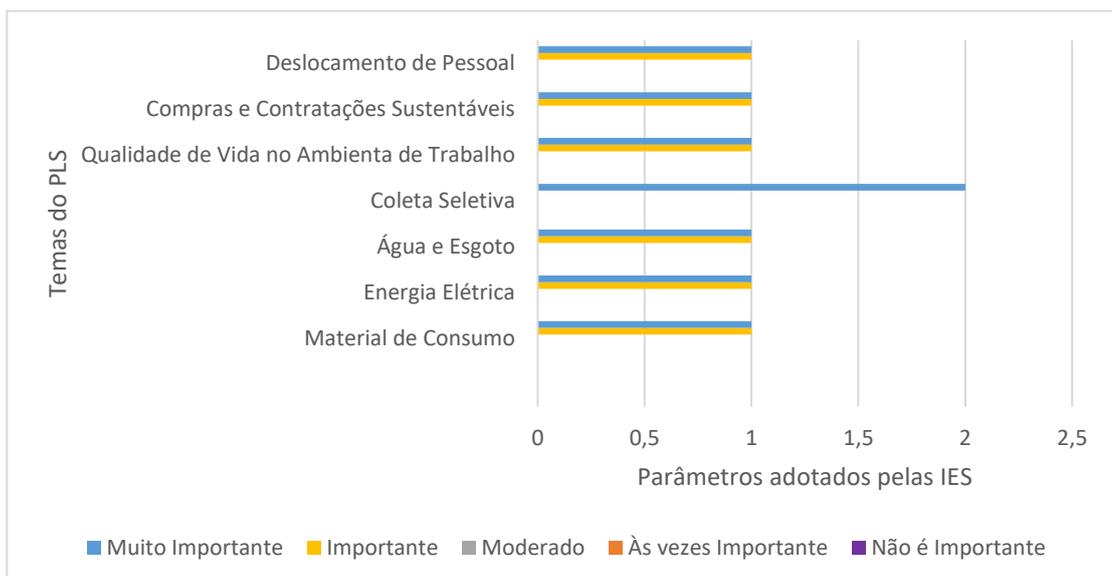


Gráfico 3 – Nível de satisfação para os temas do PLS
Fonte: Autor

Os dados representam que os temas do PLS estão aprofundados para cada instituição, destacando-se a coleta seletiva, que possui correlação direta com os eixos da A3P. Observa-se com este fator que a adesão a A3P e sua utilização como base no PLS são fatores diferenciais em todo o processo.

A nona pergunta abordou sobre o nível de melhoria que a instituição apresenta após a implantação de ações sustentáveis. As respostas seguiram: não é importante (0); às vezes importante (0); moderado (0); importante (1); muito importante (1). Importante frisar que o PLS, seus temas e etapas necessitam de melhoria constante. A resposta as instituições representam consciência da boa gestão e entendimento dos pontos que necessitam de ajuste.

Por fim, a décima questionou sobre o monitoramento dos indicadores do PLS e obteve como resposta: não é importante (0); às vezes importante (0); moderado (0); importante (1); muito importante (1). Os indicadores representam a compilação de todo o processo do PLS e suas etapas. A resposta das instituições reforça o comprometimento com o PLS.

O Gráfico 4 apresenta uma análise geral da terceira parte do questionário – resultados.

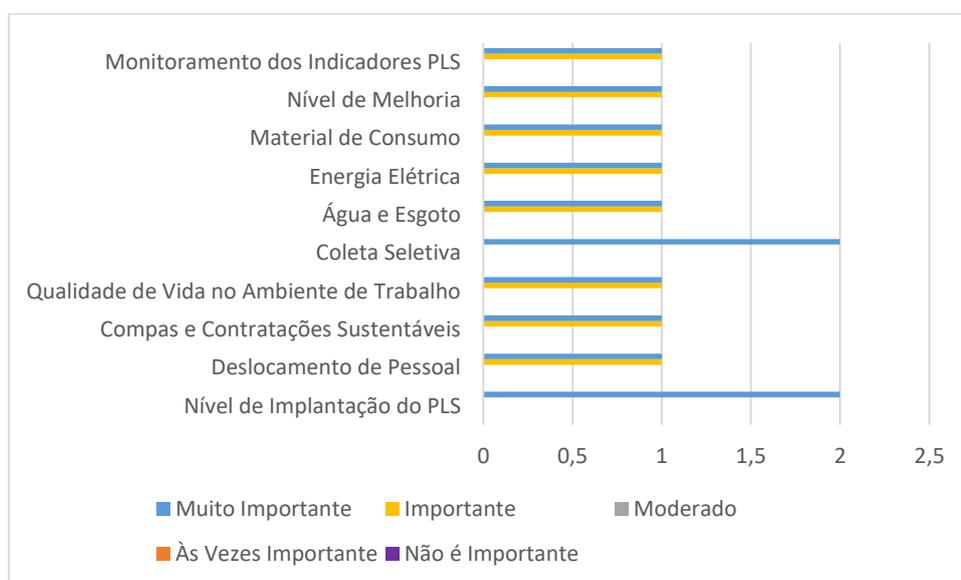


Gráfico 4 – Análise geral da terceira parte: resultados
Fonte: Autor

5.3.4 Panorama Geral: Coleta de Dados

O panorama geral revelou os desafios enfrentados pelas instituições frente a exigência da normativa. A análise relacionada a primeira parte do questionário transpareceu que o CEFET/RJ e a Fiocruz utilizam o PLS como ponto focal e estratégico para impulsionar as ações sustentáveis nas instituições.

As análises entre a segunda e terceira partes do questionário, Avaliação do PLS e Resultados, apresentaram, em sua maioria, o parâmetro de “Importante” para descrever a sua forma de gerenciar o PLS. O parâmetro reforça que o CEFET/RJ e a

Fiocruz possuem maturidade institucional, olhar aprofundado nos temas do PLS e consciência de que todo o processo necessita de melhoria contínua, de forma a adequar as novas necessidades que possam surgir. O Gráfico 5 ilustra os parâmetros adotados pelas IES.

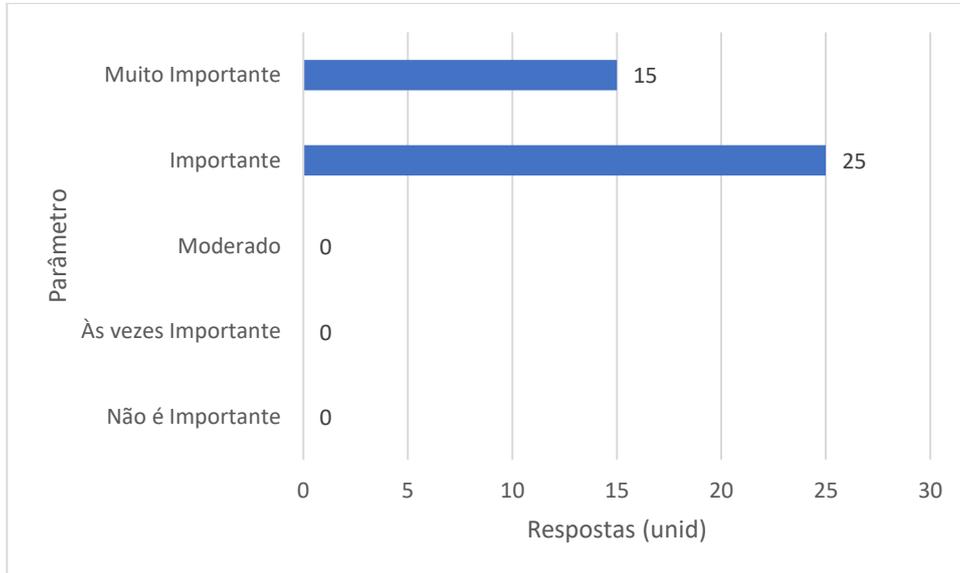


Gráfico 5 – Parâmetros adotados pelas IES
Fonte: Autor

O sucesso das ações relacionadas a sustentabilidade torna-se difícil de ser alcançado por conta da dificuldade de implantação de documentos ambientais. Para Franqueto et al. (2019), que discorre sobre a dificuldade para a implantação de sistemas de gestão ambiental nas empresas, a principal atenção para assuntos de questões ambientais está atrelada ao cumprimento de normativas, sem envolver os benefícios institucionais que podem ser adquiridos. Para Rocha et al. (2017), que discorre sobre as dificuldades na implantação de práticas sustentáveis na gestão pública, o que torna difícil a implantação é a cultura da resistência a mudanças, além de ações em que a ruptura do sistema tradicional acontece de forma abrupta e desarticulada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conta da exigência preconizada pela IN nº 10/2012, o PLS se tornou um documento norteador e estratégico das ações sustentáveis para a administração pública federal. Embora exista uma diferença considerável entre o exigido e o executado, o desafio das instituições foi colocar em prática a exigência normativa dentro da realidade institucional.

As ações contínuas devem reverter na conscientização de colaboradores e no fortalecimento dos documentos institucionais, conforme afirmado por Barros et al. (2021), que as ações precisam focalizar na conscientização e sensibilização dos parceiros, de forma a destacar a importância da implementação e demais etapas do PLS na instituição.

Espera-se que a atualização na legislação seja um fator positivo no fortalecimento do PLS institucional, pois com a Portaria SEGES/ME nº 8.689/2021 e o Caderno de Logística: Plano Diretor de Logística Sustentável, o PLS perpassa a instrumento de governança e documento essencial para as práticas de sustentabilidade adotadas pela administração pública federal.

As etapas relacionadas a essa pesquisa transpareceram o nível de maturidade de cada instituição, o nível de responsabilidade com o comprometimento à legislação e a boa condução da gestão frente aos desafios legais. Cabe ressaltar que as instituições embora adotem práticas sustentáveis necessitam aprimorar a estratégia de transparência, no que tange a divulgação de suas práticas, especialmente relacionadas diretamente ao PLS.

Conclui-se, portanto, que as instituições analisadas necessitam melhorar: a transparência das suas ações, a sensibilização da comunidade e a comunicação intersetorial, de forma a tornar o PLS uma realidade cotidiana à instituição.

REFERÊNCIAS

A3P. **Eixos Temáticos**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/eixos-tematicos/>>. Acesso em: 24 mar. 2023a.

A3P. **Indicadores de Desempenho da A3P**. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Como_Implantar_a_A3P/Documentos/tab-5-Indicadores-da-A3P-versao-final.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023b.

A3P. **Instituições Parceiras**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>>. Acesso em: 19 ago. 2023c.

A3P. **Passo a Passo para Implantar a A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/passo-a-passo-para-implantar-a-a3p/>>. Acesso em: 24 mar. 2023d.

ADAMS, W. M. **The Future of Sustainability: Re-thinking Environment and Development in the Twenty-first Century**., 22 maio 2006. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/Rep-2006-002.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2023

AGÊNCIA FIOCRUZ. **Fiocruz Pernambuco divulga Plano de Logística Sustentável**. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-pernambuco-divulga-plano-de-logistica-sustentavel>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

AGÊNCIA GOV. **Ministério da Gestão lança novo Plano Diretor de Logística Sustentável voltado à Administração Pública**. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/ministerio-da-gestao-lanca-novo-plano-diretor-de-logistica-sustentavel-voltado-a-administracao-publica>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

ALMEIDA, V. F. DE et al. Agenda Ambiental da Administração Pública: A3P como Instrumento de Educação Ambiental no Instituto Federal do Amazonas. v. 17, n. 2, p. 452–473, 2022.

ANA. **Como Implantar a A3P**., 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-cosus/arquivos/cartilhaa3pintermediaralaranja1aedicao.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2023

AZEVEDO, J. **O que é Tripé da Sustentabilidade?** Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/tripe-da-sustentabilidade/>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BARROS, A. C. DE S. et al. Práticas de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES): Uma Análise Preliminar dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) dos Institutos Federais (IFs). **Práticas de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES): Uma Análise Preliminar dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) dos Institutos Federais (IFs)**, jul. 2021.

BESSA, S. L. P. **Análise de Políticas de Gestão de uma Instituição Pública e seu Alinhamento com Diretrizes Governamentais como Estratégia para a**

Implementação e Sensibilização em Gestão Sustentável. [s.l: s.n.].

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.795. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 27 abr. 1999.

BRASIL. LCP nº 131. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 27 maio 2009.

BRASIL. Lei nº 12.527. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 18 nov. 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.746. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017). 5 jun. 2012 a.

BRASIL. IN nº 10. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. 12 nov. 2012 b.

BRASIL. Decreto nº 9.178. Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. 23 out. 2017 a.

BRASIL. Decreto nº 10.936. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 23 out. 2017 b.

BRASIL. Portaria nº 326. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. 23 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 14.133. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 1 abr. 2021 a.

BRASIL. Portaria SEGES/ME nº 8.678. Dispõe Sobre a Governança das Contratações Públicas no Âmbito da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional. 19 jul. 2021 b.

BRASIL. **Caderno de Logística: Plano Diretor de Logística Sustentável.**, set.

2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentaveis/plano-diretor-logistica-sustentavel-ver1.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2023

BRASIL. Portaria SEGES/MGI nº 5.376. Institui o modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS de que trata o art. 7º da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021. 14 set. 2023 b.

BRASIL. **Modelos de Documentos do PLS**. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentaveis/modelos-de-documentos-do-pls>>. Acesso em: 29 out. 2023c.

BRASIL. **Plano Diretor de Logística Sustentável**. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentaveis>>. Acesso em: 29 out. 2023d.

BRASIL. **Aderir ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (A3P)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p>>. Acesso em: 13 jan. 2024e.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: Caminhos para a Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CANAL DO EDUCADOR. **Educação Ambiental e os 5 Rs**. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/educacao-ambiental-os-5-rs.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CARVALHO, A. L. DE. **Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.ambientelegal.com.br/sustentabilidade/>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CARVALHO, R. L. V. **A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a Contribuição da Educação à Distância na Formação de Gestores com Responsabilidade Socioambiental: Um Estudo de Caso para Gestores da Universidade Federal de Pernambuco**. Pernambuco: UFRPE, 2019.

CASTELLA, P. R. **Cronologia Histórica - Meio Ambiente.**, 2022. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_ambiental/evolucao_historica_ambiental.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023

CEFET/RJ. **Plano de Gestão de Logística Sustentável do CEFET/RJ.**, 2018a. Disponível em: <[http://www.cefet-rj.br/attachments/article/3389/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20056-2018%20Plano%20de%20Log%C3%ADstica%20Sustent%C3%A1vel%20\(Anexo\).pdf](http://www.cefet-rj.br/attachments/article/3389/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20056-2018%20Plano%20de%20Log%C3%ADstica%20Sustent%C3%A1vel%20(Anexo).pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2023

CEFET/RJ. **Aprova a Política de Sustentabilidade Ambiental do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.**, 14 set. 2018b. Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/attachments/article/3389/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20044-2018%20Pol%C3%ADtica%20de%20Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023

CEFET/RJ. **Aprova o Plano de Gestão de Logística Sustentável do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.**, 14 set. 2018c. Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/attachments/article/3389/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20056-2018%20Plano%20de%20Log%C3%ADstica%20Sustent%C3%A1vel.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023

CEFET/RJ. **Modelo para Monitoramento das Práticas Sustentáveis do PLS.**, 2019. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/3979/Planilha_SUSTENTABILIDADE_Novaiguacu_Maracana_Petropolis_2019.xlsx>. Acesso em: 17 jan. 2024

CEFET/RJ. **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).** Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/index.php/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CEFET/RJ. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).** Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/index.php/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p>>. Acesso em: 24 jul. 2023a.

CEFET/RJ. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/index.php/apresentacao>>. Acesso em: 24 mar. 2023b.

CEFET/RJ. **Sustentabilidade.** Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/index.php/sustentabilidade>>. Acesso em: 24 jul. 2023c.

CISAP. **Roteiro para Elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentáveis - PLS.**, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1837135-Roteiro-para-elaboracao-dos-planos-de-gestao-de-logistica-sustentaveis-pls-departamento-de-logistica-e-servicos-gerais.html>>. Acesso em: 8 jun. 2023

CJF. **Relação entre o PLS do CJF e os ODS.** Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1/gestao-socioambiental-1/reunioes/relacao-entre-pls-2019-2020-e-os-ods-2030/@_@download/arquivo>. Acesso em: 21 fev. 2023.

COGIC. **Fiocruz Conquista Prêmio de Melhores Práticas de Sustentabilidade.** Disponível em: <<https://www.cogic.fiocruz.br/2014/07/fiocruz-conquista-premio-de-melhores-praticas-de-sustentabilidade/>>.

CONCEIÇÃO, D. A. **Plano de Logística Sustentável: Uma Análise sob a Perspectiva da Teoria da Modernização Ecológica.** Santa Catarina: [s.n.].

CORDEIRO, M. V. C. et al. **Análise de Implantação de Plano de Logística Sustentável nas Instituições de Ensino Superior no Brasil.** 24 jan. 2022.

CP II. Portaria nº 717. **Institui Comissão Gestora dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do Colégio Pedro II.** 14 dez. 2012.

CP II. **Institucional.** Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/10286-institucional.html>>. Acesso em: 24 mar. 2023a.

CP II. **Projeto de Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/4660-sustentabilidade.html>>. Acesso em: 8 jul. 2023b.

ECAM. **O que é a Agenda 2030 e quais os Seus Objetivos**. Disponível em: <<http://ecam.org.br/blog/o-que-e-a-agenda-2030-e-quais-os-seus-objetivos/>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

EKKO GREEN. **Tripé da Sustentabilidade: O Que É e Qual a Importância**. Disponível em: <<https://ekkogreen.com.br/tripe-da-sustentabilidade/>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

E-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ENSP. **Plano de Gestão de Logística Sustentável**. Disponível em: <<https://vddig.ensp.fiocruz.br/servico-de-gestao-da-sustentabilidade/plano-de-logistica-sustentavel>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ESTRATÉGIA ODS. **O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?** Disponível em: <<https://www.estrategiaods.org.br/conheca-os-ods/>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FERNANDES, J. **Cultura: o 4º pilar da sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.filantropia.org/informacao/cultura_o_4_pilar_da_sustentabilidade>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FIOCRUZ. **Responsabilidade Ambiental**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/responsabilidade-ambiental>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FIOCRUZ. **Plano de Logística Sustentável**, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.cpqam.fiocruz.br/uploads/Arquivos/a686022d-d757-4f98-b96e-088ee869a5e3.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2024

FIOCRUZ. **Fiocruz Saudável**, 2021a. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/31-08_projeto_fiocruz_saudavel_folder.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2023

FIOCRUZ. **Plano de Ação**, 2021b. Disponível em: <www.cogic.fiocruz.br/planoacao-pls-fiocruz.xlsx>. Acesso em: 19 jan. 2024

FIOCRUZ. Portaria nº 646. Plano de Logística Sustentável da Fiocruz. 2021 c.

FIOCRUZ. Portaria nº 535. Instituir Comissão Gestora para propor Plano de Logística Sustentável - PLS da Fiocruz. 15 out. 2021 d.

FIOCRUZ. **Gestão Ambiental**. Disponível em: <<https://www.cogic.fiocruz.br/category/infraestrutura/meio-ambiente/>>. Acesso em: 21 ago. 2023a.

FIOCRUZ. **Perfil Institucional**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/perfil->

institucional>. Acesso em: 24 mar. 2023b.

FRANQUETO, R.; DELPONTE, A. A.; FRANQUETO, R. Principais Dificuldades para Implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas Empresas. v. 14, [s.d.].

FREITAS, C. L. DE; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. Agenda Ambiental na Administração Pública: Uma Análise da Aderência de uma IFES as Diretrizes Propostas pela A3P. 2011.

GREGORY, M. **Introdução à Economia**. 3ª edição ed. São Paulo: [s.n.].

GT AGENDA 2030. **ODS**. Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/ods/>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

IFF. **Monitoramento do Consumo de Recursos Naturais**. Disponível em: <<https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/reitoria/nusiff-nucleo-de-sustentabilidade-do-iff-1/monitoramento-do-consumo-de-recursos-naturais>>. Acesso em: 22 jan. 2024a.

IFF. Portaria nº 290. Designar servidores recomponem o Núcleo de Sustentabilidade no âmbito do IFFluminense. 29 abr. 2021 b.

IFF. **Conheça o IFF**. Disponível em: <<https://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iff-fluminense/conheca-o-iff-fluminense>>. Acesso em: 24 mar. 2023a.

IFF. **Missão, Visão, Valores**. Disponível em: <<https://portal1.iff.edu.br/desenvolvimento-institucional/planejamento-institucional/missao-visao-valores>>. Acesso em: 24 mar. 2023b.

IFF. **Núcleo de Sustentabilidade do IFF**. Disponível em: <<https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/reitoria/nusiff-nucleo-de-sustentabilidade-do-iff-1>>. Acesso em: 21 ago. 2023c.

IFF. **Plano de Logística Sustentável**. Disponível em: <<https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/reitoria/nusiff-nucleo-de-sustentabilidade-do-iff-1/plano-de-logistica-sustentavel>>. Acesso em: 19 ago. 2023d.

IFRJ. Portaria nº 036. Designar os servidores, conforme anexo, para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - PLS no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, tendo em vista as exigências contidas na IN nº 10, de 12 de novembro de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 11 fev. 2019.

IFRJ. **Comissão PLS**. Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/sustentabilidade/comissao-pls>>. Acesso em: 19 ago. 2023a.

IFRJ. **Comissão A3P**. Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/sustentabilidade/comissao-a3p>>. Acesso em: 22 jan. 2024b.

IFRJ. **Documentos**. Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/sustentabilidade/documentos>>. Acesso em: 22 jan. 2024a.

IFRJ. **Agenda Ambiental da Administração Pública**. Disponível em:

<<https://portal.ifrj.edu.br/sustentabilidade>>. Acesso em: 22 jan. 2024b.

IFRJ. **Institucional**. Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 24 mar. 2023a.

IFRJ. **Missão, Visão e Valores**. Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/institucional/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 24 mar. 2023b.

IFRO. **Guia Prático de Implantação do PLS no IFRO.**, 2018. Disponível em: <<https://portal.ifro.edu.br/component/phocadownload/category/1049-sustentabilidade?download=5509:guia-pratico-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 9 jun. 2023

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social Corporativa**. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 31 jan. 2024.

INSTITUTO SOUL. **Projetos**. Disponível em: <<https://www.institutosoul.org.br/projetos>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

JOKURA, T. **O que é Sustentabilidade?** Disponível em: <<https://netzero.projtodraft.com/o-que-e-sustentabilidade/>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MARQUES, M. **Governança e o Alinhamento de Práticas de Sustentabilidade em Instituição de Ensino Superior**. São Paulo: [s.n.].

MMA. **A3P lança selo de reconhecimento de práticas sustentáveis no trabalho**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/noticia-acom-2014-04-207>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MMA. **Prêmio A3P**. Disponível em: <<http://hotsite.mma.gov.br/a3p/resultad/ganhadores/>>. Acesso em: 24 jul. 2023a.

MMA. **Ressoa**. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/informma/item/10552-ressoa.html>>. Acesso em: 24 jul. 2023b.

MOVIMENTO ODS. **Os 5 Ps da Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://movimentoods.org.br/os-5-ps-da-sustentabilidade/>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

ODS BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ONU. **Relatório Brundtland – A Versão Original.**, 1987. Disponível em: <<https://ambiente.wordpress.com/2011/03/22/relatrio-brundtland-a-verso-original/>>. Acesso em: 13 jan. 2024

ONU/BR. **Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/1>>. Acesso em: 21 fev.

2023a.

ONU/BR. **Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2>>. Acesso em: 21 fev. 2023b.

ONU/BR. **Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>>. Acesso em: 21 fev. 2023c.

ONU/BR. **Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>>. Acesso em: 21 fev. 2023d.

ONU/BR. **Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>>. Acesso em: 21 fev. 2023e.

ONU/BR. **Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>>. Acesso em: 21 fev. 2023f.

ONU/BR. **Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/7>>. Acesso em: 21 fev. 2023g.

ONU/BR. **Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>>. Acesso em: 21 fev. 2023h.

ONU/BR. **Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/9>>. Acesso em: 21 fev. 2023i.

ONU/BR. **Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>>. Acesso em: 21 fev. 2023j.

ONU/BR. **Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>>. Acesso em: 21 fev. 2023k.

ONU/BR. **Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/12>>. Acesso em: 21 fev. 2023l.

ONU/BR. **Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/13>>. Acesso em: 21 fev. 2023m.

ONU/BR. **Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.** Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/14>>. Acesso em: 21 fev. 2023n.

ONU/BR. **Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/15>>. Acesso em: 21 fev. 2023o.

ONU/BR. **Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>>. Acesso em: 21 fev. 2023p.

ONU/BR. **Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/17>>. Acesso em: 21 fev. 2023q.

ONU/BR. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 21 fev. 2023r.

PENSAMENTO VERDE. **Nosso Futuro em Comum: Conheça o Brundtland.** Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/nosso-futuro-em-comum-conheca-o-relatorio-de-brundtland/>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PEREIRA, R. F. R. **Plano de Gestão de Logística Sustentável em uma Instituição Pública de Ensino.** [s.l: s.n.].

POLITIZE! **ECO-92: O Que Foi a Conferência e Quais Foram Seus Principais Resultados?** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/eco-92/>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

RICD. **5 Dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<http://www.redesparaodesenvolvimento.org/pt/noticia/5dimensoesods>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ROCHA, D. G.; GARCIA, L. M. B.; ONODY, V. DA S. M. **As Dificuldades na Implantação de Práticas Sustentáveis na Gestão Pública: Estudo de Caso de Universidade Pública Brasileira - Uso Racional de Papel Versus Gestão Eletrônica.** v. 1, 2017.

SALA DE LEITURA. **Sustentabilidade.** Disponível em: <<http://www.saladeleitura.org.br/sustentabilidade.asp>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SILVA, M. V. M. et al. **Logística Sustentável: Um Estudo para o Desenvolvimento de um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) para as Unidades das Fatec's.** 2022.

SISGOV. **Entenda a diferença entre a Lei da Transparência e a Lei de Acesso à Informação.** Disponível em: <[https://www.sisgov.com/transparencia-acesso-informacao/#:~:text=A%20Lei%20da%20Transpar%C3%Aancia%20\(LC,em%20um%20site%20na%20internet.](https://www.sisgov.com/transparencia-acesso-informacao/#:~:text=A%20Lei%20da%20Transpar%C3%Aancia%20(LC,em%20um%20site%20na%20internet.)>. Acesso em: 25 mar. 2023.

TRF3. **Glossário dos Temas do PLS 2022.**, 2022. Disponível em: <https://www.trf3.jus.br/documentos/adeq/Socioambiental/PLS/Glossario/2022/Glossario_dos_temas_da_Res._400___Relatorio_de_Gestao-2.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023

UFF. Portaria nº 57.192. Criação Comissão Gestora do PLS. 20 set. 2016.

UFF. **Plano de Logística Sustentável.**, 2017. Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=plano-de-logistica-sustentavel>>. Acesso em: 19 ago. 2023

UFF. Portaria nº 60.767. Cria Comissão Permanente de Sustentabilidade da Universidade Federal Fluminense e aprova normas iniciais de funcionamento. 2018.

UFF. **Relatórios de Monitoramento do PLS.** Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=relatorios-de-monitoramento-do-pls>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

UFF. **Diagnóstico.** Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 19 ago. 2023a.

UFF. **Metas do PLS por setor.**, 2023b. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1A41J_3ezsMtXkoCzD9UHkvH4UJY0un_ktl6QkicgKR4/edit?pli=1#gid=1068785052>. Acesso em: 19 ago. 2023

UFF. **Missão, Visão e Valores.** Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 24 mar. 2023c.

UFF. **UFF Sustentável.** Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=grupo/sustentabilidade>>. Acesso em: 21 ago. 2023d.

UFMG. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

UFRJ. **Plano de Logística Sustentável.** Disponível em: <<https://ufrj.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-logistica-sustentavel/>>. Acesso em: 19 ago. 2023a.

UFRJ. **Sustentabilidade.** Disponível em: <<https://prefeitura.ufrj.br/index.php/pt/sustentabilidade>>. Acesso em: 19 ago. 2023b.

UFRJ. **Missão, Visão e Valores.** Disponível em: <<https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/missao-visao-e-valores/>>. Acesso em: 24 mar. 2023a.

UFRJ. **PLS UFRJ.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/PLSUFRJ>>. Acesso em: 19 ago. 2023b.

UFRJ. **PLS UFRJ.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/PLSUFRJ/>>. Acesso em: 22 jan. 2023c.

UFRJ. **Universidade do Futuro.** Disponível em: <<https://ufrj.br/2023/10/universidade-do-futuro/>>. Acesso em: 17 jan. 2024d.

UFRPE. **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**., jan. 2022. Disponível em: <<http://www.proplan.ufrpe.br/sites/ww2.proplan.ufrpe.br/files/PLS-final%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2023

UFRRJ. **Colosus - Coordenação de Logística Sustentável**. Disponível em: <<https://m.facebook.com/p/Colosus-Coordena%C3%A7%C3%A3o-de-Log%C3%ADstica-Sustent%C3%A1vel-100069866613225/>>. Acesso em: 22 jan. 2024a.

UFRRJ. **Relatório de Gestão**., 2020b. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/04/RG_25-02_PN-compactado.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023

UFRRJ. **Sobre a UFRRJ**. Disponível em: <<https://institucional.ufrj.br/acessoainformacao/sobre-a-ufrj/>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

UNIRIO. **Plano de Gestão de Logística Sustentável - UNIRIO**., 2016a. Disponível em: <<http://www.unirio.br/copesi/documentos/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-unirio/view>>. Acesso em: 19 ago. 2023

UNIRIO. Portaria nº 107. Constituir a Comissão Permanente de Sustentabilidade Institucional - COPEI. 22 fev. 2016 b.

UNIRIO. **COPEI - Comissão Permanente de Sustentabilidade Institucional**. Disponível em: <<https://www.unirio.br/copesi>>. Acesso em: 22 jan. 2024a.

UNIRIO. **Missão, Visão e Princípios**. Disponível em: <<http://www.unirio.br/instituicao/missao-visao-e-principios>>. Acesso em: 24 mar. 2023b.

UNIRIO. **Monitoramento - Relatórios**. Disponível em: <<http://www.unirio.br/proplan/paginas/registros-de-monitoramento>>. Acesso em: 19 ago. 2023c.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Questionário para os Membros da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável

O presente documento se refere a uma análise qualitativa das estratégias e práticas de implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), sob a perspectiva dos membros das comissões gestoras.

Informações Iniciais

Instituição: _____

Parte 1: Aspectos gerais

Considere como parâmetro as opções descritas para cada pergunta.

1) Qual (ais) o (s) benefício (s) que o PLS pode trazer para a sua instituição?

- Indicadores de desempenho socioambientais
- Institucionalização da sustentabilidade
- Ações de educação ambiental
- Integração de diferentes áreas
- Apoio a tomada de decisões
- Atendimento a normativa
- Captação de recursos
- Outros: _____

2) Qual a fase do PLS que apresenta maior resistência?

- Elaboração
- Implantação
- Monitoramento
- Avaliação
- Revisão

3) Qual a maior dificuldade no processo de implantação do PLS?

- Recursos financeiros
- Apoio da alta gestão (Reitoria, Diretoria, Vice-Diretoria, etc)
- Envolvimento das áreas/apoio de parceiros
- Adesão da comunidade interna
- Ausência de ações de sensibilização
- Aplicabilidade dos temas do PLS a realidade da instituição
- Plano de ação de difícil execução
- Outros: _____

4) A sua Instituição possui práticas relacionadas a sustentabilidade, mesmo que não apresente o PLS implantado?

- Sim
- Não

5) Caso a resposta anterior seja positiva, quais seriam essas práticas?

- Coleta seletiva
- Coleta de pilha e bateria
- Coleta de óleo de cozinha
- Ações de sensibilização
- Outros: _____

6) A instituição aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?

- Sim
- Não
- Não sabe

Parte 2: Avaliação do PLS

Considere como parâmetro a numeração de 1 a 5:

1	2	3	4	5
Não é importante	Às vezes importante	Moderado	Importante	Muito importante

1) Qual o nível de satisfação com as ações sustentáveis na sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

2) Qual a importância do PLS para a sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

3) Qual a importância da comissão gestora do PLS para a sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4

5

4) Qual o nível de satisfação das reuniões da comissão gestora do PLS frente à necessidade de ações sustentáveis?

1

2

3

4

5

5) Qual o nível de participação da comunidade interna na prática de ações sustentáveis?

1

2

3

4

5

6) Qual o nível de satisfação entre o que foi planejado pela comissão e o que foi efetivamente executado?

1

2

3

4

5

7) Qual o nível de satisfação sobre o apoio da alta gestão (Reitoria, Diretoria, Vice-Diretoria, etc) no processo de implantação do PLS?

1

2

3

4

5

8) Qual o nível de satisfação sobre o envolvimento das áreas/ apoio de parceiros no processo de implantação do PLS?

1

2

3

4

5

9) Qual a visibilidade das ações do PLS na sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

10) Qual o nível de satisfação do plano de ação do PLS?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Parte 3: Resultados

Considere como parâmetro a numeração de 1 a 5:

1	2	3	4	5
Não é importante	Às vezes importante	Moderado	Importante	Muito importante

1) Qual o nível de implantação do PLS na sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

2) Qual o nível de implantação do tema: material de consumo na sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

3) Qual o nível de implantação do tema: energia elétrica na sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

4) Qual o nível de implantação do tema: água e esgoto na sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

5) Qual o nível de implantação do tema: coleta seletiva na sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

6) Qual o nível de implantação do tema: qualidade de vida no ambiente de trabalho na sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

7) Qual o nível de implantação do tema: compras e contratações sustentáveis na sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

8) Qual o nível de implantação do tema: deslocamento de pessoal na sua instituição?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

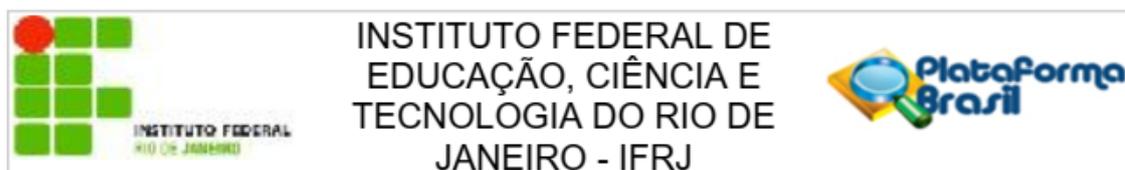
9) Qual o nível de melhoria que a instituição apresenta após a implantação de ações sustentáveis?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

10) Qual o nível de monitoramento dos indicadores do PLS?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANTICADO CEP/IFRJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro

Pesquisador: CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 69799523.7.0000.5268

Instituição Proponente: Instituto Federal do Rio de Janeiro Campus Niterói

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.265.891

Apresentação do Projeto:

Trata-se de envio da terceira emenda do projeto em questão

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro.

Objetivo Secundário:

Analisar o plano de logística sustentável elaborado pelas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro; Realizar análise crítica comparativa entre os PLS; Elaborar uma análise das ações desenvolvidas nas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro no âmbito do PLS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Vide conclusões

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide conclusões

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601

Bairro: Centro

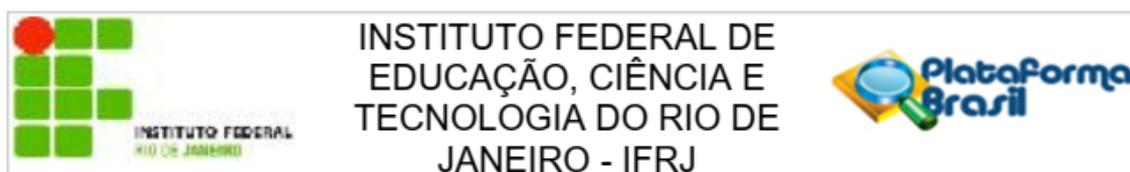
CEP: 20.061-002

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3233-8034

E-mail: cep@ifrj.edu.br



Continuação do Parecer: 6.265.891

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide conclusões

Recomendações:

Vide conclusões

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

PENDÊNCIA 1. Prezada Pesquisadora Conforme consta no documento do parecer consubstanciado da FioCruz, os locais de pesquisa são: "O recrutamento dos participantes será realizado entre os membros da comissão gestora das seguintes Instituições Públicas de Ensino Superior: IFRJ, Colégio Pedro II, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/IOC e IFF". Não observamos o termo de anuência do Colegio Pedro II. No aguardo. Att

ATENDIDA

RESPOSTA: O TCUD e Termo de Anuência referentes as instituições coparticipantes foram encaminhados anteriormente e constam no registro do PO e E1. As instituições coparticipantes são: IFRJ (Instituto Fed rj) iff (Fluminense); Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz); CP II (Colégio Pedro II); CEFET/RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca). Anexado a E3 a assinatura dos documentos para cada instituição coparticipante

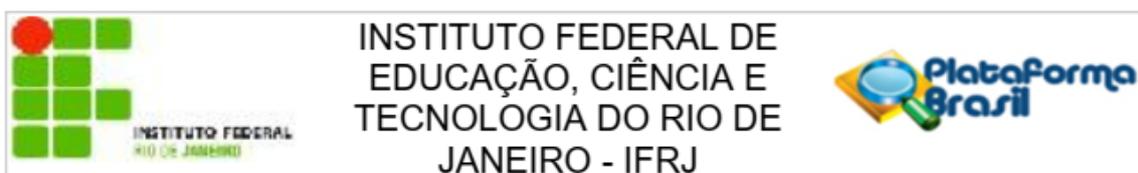
ATENDIDA

APROVAR

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFRJ, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que seja devidamente apreciadas no CEP, conforma Norma Operacional CNS n.º 001/13, item XI.2.d. A observância dos prazos de envio dos relatórios parciais ou finais é estritamente de responsabilidade do pesquisador. A não obediência aos prazos estipulados poderá implicar a NÃO

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601
 Bairro: Centro CEP: 20.061-002
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)3233-8034 E-mail: cep@ifrj.edu.br



Continuação do Parecer: 6.265.891

APROVAÇÃO dos relatórios

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2195667_E3.pdf	28/08/2023 13:59:03		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Portaria_IFRJ.pdf	28/08/2023 13:49:19	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Portaria_IFF.pdf	28/08/2023 13:48:57	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_autorizacao_Fiocruz.pdf	28/08/2023 13:47:54	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_anuencia_Fiocruz.pdf	28/08/2023 13:47:44	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	Carta_Resposta_E3.pdf	28/08/2023 13:44:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	formulario_emenda3.pdf	14/08/2023 11:14:48	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_6175806.pdf	14/08/2023 11:11:54	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	Carta_Resposta_Fiocruz_2507.pdf	14/08/2023 11:11:41	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	DOU_Presidente_exercicio.pdf	14/08/2023 11:11:28	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_autorizacao.pdf	14/08/2023 11:11:14	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	Termo_anuencia.pdf	14/08/2023 11:10:57	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA	Aceito

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601

Bairro: Centro

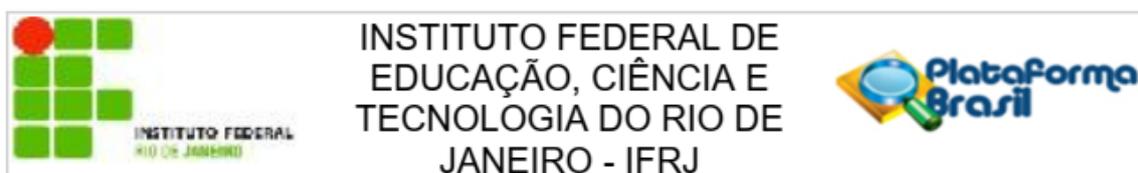
CEP: 20.061-002

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3233-8034

E-mail: cep@ifrj.edu.br



Continuação do Parecer: 6.265.891

Justificativa de Ausência	Termo_anuencia.pdf	14/08/2023 11:10:57	SANTIAGO	Aceito
Outros	Formulario_emenda2.pdf	28/06/2023 01:39:36	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa.pdf	28/06/2023 01:39:16	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Parecer_Fiocruz.pdf	28/06/2023 01:38:53	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.pdf	28/06/2023 01:38:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Historico_email.pdf	28/06/2023 01:38:08	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Carta_resposta_Fiocruz.pdf	28/06/2023 01:37:47	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	formulario_emenda.pdf	13/06/2023 11:14:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Email_justificativa.pdf	13/06/2023 11:13:08	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_CEFET.pdf	13/06/2023 11:12:23	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_CEFET.pdf	13/06/2023 11:12:14	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	Carta_Resposta.pdf	02/05/2023 10:44:40	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_IFF.pdf	02/05/2023 10:44:16	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_IFF.pdf	02/05/2023 10:44:09	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	02/05/2023	CAROLINE BORGES	Aceito

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601

Bairro: Centro

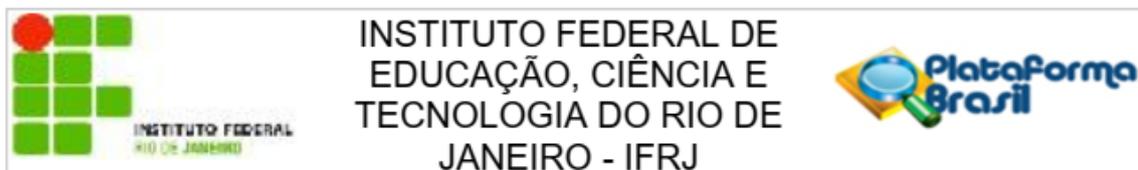
CEP: 20.061-002

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3233-8034

E-mail: cep@ifrj.edu.br



Continuação do Parecer: 6.265.891

Cronograma	Cronograma.pdf	10:43:33	DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_EQUIPE_DE_PESQUISA.pdf	27/04/2023 19:58:35	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_IFRJ.pdf	27/04/2023 19:58:22	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_IFRJ.pdf	27/04/2023 19:58:13	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_CP2.pdf	27/04/2023 19:55:48	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_CP2.pdf	27/04/2023 19:55:40	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Curriculo_coorientador.pdf	28/02/2023 22:58:40	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Curriculo_orientadora.pdf	28/02/2023 22:58:22	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Curriculo_atualizado_do_pesquisador.pdf	28/02/2023 22:55:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso_coorientadora.pdf	28/02/2023 22:53:49	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso_orientadora.pdf	28/02/2023 22:53:27	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	28/02/2023 22:51:22	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	28/02/2023 22:50:03	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	28/02/2023 22:46:44	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Declaração de	compromisso_de_relatorios_0_assina	09/01/2023	CAROLINE BORGES	Aceito

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601

Bairro: Centro

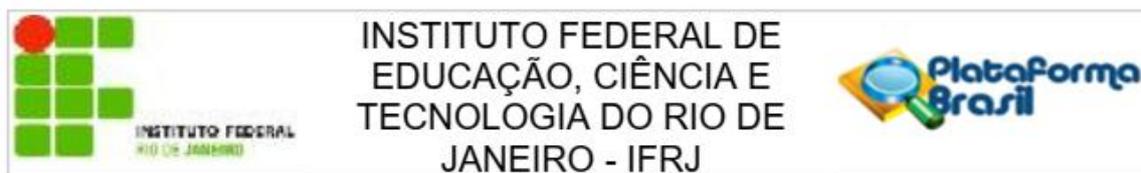
CEP: 20.061-002

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3233-8034

E-mail: cep@ifrj.edu.br



Continuação do Parecer: 6.265.891

Pesquisadores	do.pdf	21:30:57	DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceit
---------------	--------	----------	----------------------	-------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

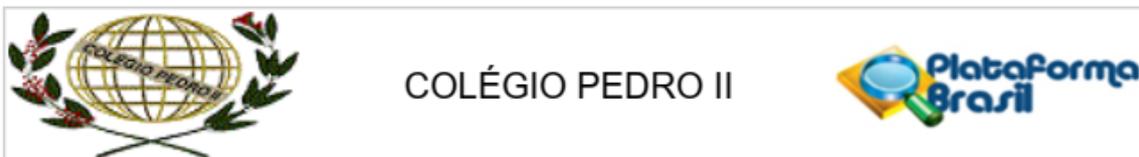
Não

RIO DE JANEIRO, 28 de Agosto de 2023

Assinado por:
Angela M Bittencourt
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, 6 andar sala 601
Bairro: Centro **CEP:** 20.061-002
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3233-8034 **E-mail:** cep@ifrj.edu.br

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANTICADO CEP/CP II



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro

Pesquisador: CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69799523.7.3002.9047

Instituição Proponente: Colégio Pedro II

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.416.846

Apresentação do Projeto:

Título: O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro

Pesquisador: CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO

CAAE: 69799523.7.3001.5248

APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

As informações colocadas nos campos denominados "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento intitulado "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2073830.pdf".

INTRODUÇÃO:

O projeto busca realizar uma análise estratégica entre os Planos de Logística Sustentáveis (PLS) das instituições de ensino no estado do Rio de Janeiro, a fim de englobar as análises relativas à implementação do documento, a adesão à A3P, a emissão de relatórios periódicos com indicadores, e ao desenvolvimento dos temas do PLS frente aos desafios enfrentados por essas instituições. Segundo as autoras, "...o atual sistema de gestão mundial tem promovido uma crescente demanda por recursos naturais e, por consequência, seu esgotamento, dentre outros

Endereço: Campo de São Cristóvão 177

Bairro: São Cristóvão

CEP: 20.921-903

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2163-5730

E-mail: cep@cp2.g12.br



COLÉGIO PEDRO II



Continuação do Parecer: 6.416.846

impactos ambientais negativos". (Projeto_de_pesquisa.pdf, pág.1) Assim, é de extrema importância que seja elaborado um documento norteador que preconize as ações sustentáveis das organizações e que seja caracterizado pelo atendimento às legislações vigentes. O Plano de Logística Sustentável (PLS) é um documento regulamentado pela Instrução Normativa (IN) no 10/2012 emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que apresenta ações sustentáveis direcionados por sete temas: material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações públicas, deslocamento de pessoal (BRASIL, 2012).

HIPÓTESE:

O esgotamento de recursos naturais decorrente da precariedade da educação ambiental e linhas norteadoras de ações sustentáveis representam elevados índices de impactos ambientais.

METODOLOGIA PROPOSTA:

Trata-se de pesquisa de gênero empírica, natureza aplicada, abordagem qualitativa e método dedutivo. Realizado a partir de procedimento observacional, levantamento técnico da documentação e avaliação de questionários. A pesquisa está pautada na aplicação do questionário com membros da comissão gestora e da análise dos dados disponibilizados pelas instituições de ensino superior públicas no estado do Rio de Janeiro. As etapas de análise seguirão conforme destacado: seleção das instituições de ensino superior pelo portal E-mec; análise da implementação do PLS; análise das instituições que possuem adesão à A3P; análise das instituições que emitem relatório periódico; análise das práticas por tema regulamentado conforme IN no 10/2012. Metodologia da análise de dados: Na pesquisa serão avaliados os relatórios do PLS desenvolvidos pelas instituições e os questionários respondidos pelas comissões gestoras. Os dados serão discutidos em paralelo as exigências descritas na IN nº 10/2012. Os relatórios dos PLS emitidos pelas instituições serão considerados como fontes secundárias de dados. Será utilizado o documento Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) como substituto ao TCLE. O instrumento de coleta de dados (questionário) será fornecido de forma virtual aos membros da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) vinculados as instituições de ensino superior públicas do estado no Rio de Janeiro, por tanto, contará com a participação de pessoas maiores de 18 anos.

CRITÉRIO DE INCLUSÃO:

Endereço: Campo de São Cristóvão 177

Bairro: São Cristóvão

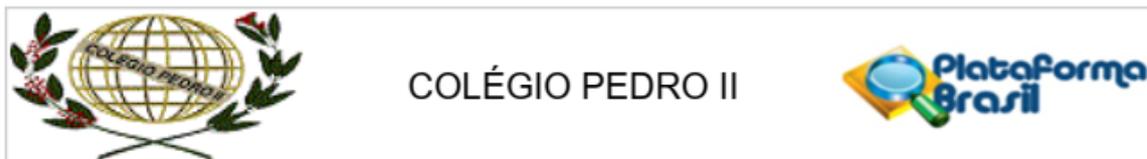
CEP: 20.921-903

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2163-5730

E-mail: cep@cp2.g12.br



Continuação do Parecer: 6.416.846

A IN nº 10/2012 se refere à obrigatoriedade de implantação de um PLS para as instituições públicas. Os dados referentes à pesquisa serão restritos às instituições de ensino superior públicas no estado do Rio de Janeiro.

CRITÉRIO DE EXCLUSÃO:

Instituições particulares e instituições públicas e particulares de educação básica.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo o(a) pesquisador(a):

Objetivo Geral: Avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro.

Objetivo Específico:

- Analisar o plano de logística sustentável elaborado pelas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro;
- Realizar análise crítica comparativa entre os PLS;
- Elaborar uma análise das ações desenvolvidas nas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro no âmbito do PLS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o(a) pesquisador(a):

Riscos:

- A divulgação de dados confidenciais da instituição;
 - Perda de tempo ao responder ao questionário;- Não conhecer a política de privacidade da ferramenta e os termos descritos no RCLE;
 - Impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro/consentimento;
 - Modo de seleção dos participantes da pesquisa;
 - Forma de armazenamento dos dados virtuais;
 - Apresentação de resultados parciais a profundidade da implementação da normativa pela sua instituição;
- riscos inerentes a acesso virtual

Endereço: Campo de São Cristóvão 177

Bairro: São Cristóvão

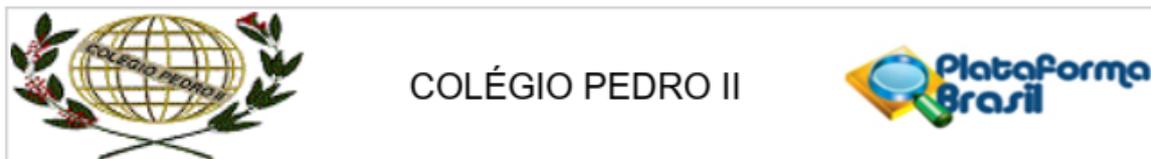
CEP: 20.921-903

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2163-5730

E-mail: cep@cp2.g12.br



Continuação do Parecer: 6.416.846

. Benefícios: Transparência e valorização das ações de sustentabilidade que as instituições têm promovido no âmbito do PLS, avaliação da maturidade institucional em relação à normativa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

(1) APROVAÇÃO DO PROTOCOLO PELO SISTEMA CEP/Conep ATÉ OS DIAS ATUAIS:

(2) 14/08/2023: parecer consubstanciado do CEP número 6.175.806

(3) Trata-se da análise da Emenda E2 ao Protocolo, submetida no arquivo intitulado "Carta_Resposta_E3.pdf", datado de 28 de agosto de 2023.

(4) Objetivo da emenda: ver Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

(5) Justificativa da emenda: ver Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não se aplica.

Recomendações:

Recomenda-se atenção na postagem do cronograma, este deve ser postado na Plataforma Brasil em sua versão mais recente, não de quando o projeto foi submetido inicialmente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

PENDÊNCIAS EMITIDAS PELO CEP/FIOCRUZ:

PENDÊNCIA 1. Prezada Pesquisadora Conforme consta no documento do parecer consubstanciado da FioCruz, os locais de pesquisa são: "O recrutamento dos participantes será realizado entre os membros da comissão gestora das seguintes Instituições Públicas de Ensino Superior: IFRJ, Colégio Pedro II, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/IOC e IFF". Não observamos o termo de anuência do Colegio Pedro II. No aguardo. Att

RESPOSTA: O TCUD e Termo de Anuência referentes as instituições coparticipantes foram encaminhados anteriormente e constam no registro do PO e E1. As instituições coparticipantes são: IFRJ (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro); IFF (Instituto Federal Fluminense); Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz); CP II (Colégio Pedro II); CEFET/RJ (Centro

Endereço: Campo de São Cristóvão 177
 Bairro: São Cristóvão CEP: 20.921-903
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2163-5730 E-mail: cep@cp2.g12.br



COLÉGIO PEDRO II



Continuação do Parecer: 6.416.846

Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca). Anexado a E3 a assinatura dos documentos para cada instituição coparticipante.

Há algum documento anexado para a pendência 1: (x) sim () não

Documentos adicionados após pendências emitidas pelo CEP/Fiocruz: Anuencia_CP2 TCUD_CP2 Anuencia_IFF Portaria_IFF TCUD_IFF Anuencia_IFRJ Portaria_IFRJ TCUD_IFRJ TCUD_CEFET Anuencia_CEFET Termo_anuencia_Fiocruz Termo_autorizacao_Fiocruz DOU_Presidente_exercicio

ANÁLISE: Pendência atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

1. De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo - que permitam ao Cep acompanhar o desenvolvimento dos projetos.

Esses relatórios devem ser assinados pelo pesquisador responsável e conter as informações detalhadas - naqueles itens aplicáveis - nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011: <http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/conep/relatorio_final_encerramento.pdf>, bem como deve haver menção ao período a que se referem. As informações contidas no relatório devem ater-se ao período correspondente e não a todo o período da pesquisa até aquele momento. Para cada relatório, deve haver uma notificação separada. A submissão deve ser como Notificação (consultar pág. 69 no arquivo intitulado "1 - Manual Pesquisador - Versão 3.2, disponível no endereço <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>. Anexar em arquivo com recurso "copiar e colar".

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.1.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013)

3. O Cep lembra que o pesquisador deve ainda (1) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto (Res. CNS 466/12 item XI.g); (2) divulgar os resultados para os participantes da

Endereço: Campo de São Cristóvão 177

Bairro: São Cristóvão

CEP: 20.921-903

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2163-5730

E-mail: cep@cp2.g12.br



COLÉGIO PEDRO II



Continuação do Parecer: 6.416.846

pesquisa e para as instituições onde os dados foram obtidos (Norma Operacional nº 001/2013 item 3.4.14); (3) anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais (Norma Operacional nº 001/2013 item 3.3.c) e (4) comunicar às autoridades competentes, bem como aos órgãos legitimados pelo Controle Social, dos resultados e/ou dos achados da pesquisa, sempre que esses puderem contribuir para a melhoria das condições de vida da coletividade, preservando, porém, a imagem e assegurando que os participantes da pesquisa não sejam estigmatizados (Res. CNS 466/2012 item III.1.m). Essas providências devem ser tomadas no prazo máximo de seis meses, contados a partir da data da emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Cronograma	Cronograma_.pdf	04/09/2023 12:19:39	MILTON LUIZ BARROSO	Aceito
Orçamento	Orcamento_.pdf	04/09/2023 12:18:51	MILTON LUIZ BARROSO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso_orientadora.pdf	04/09/2023 12:17:25	MILTON LUIZ BARROSO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Portaria_IFRJ.pdf	28/08/2023 13:49:19	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Portaria_IFF.pdf	28/08/2023 13:48:57	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_autorizacao_Fiocruz.pdf	28/08/2023 13:47:54	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_anuencia_Fiocruz.pdf	28/08/2023 13:47:44	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	Carta_Resposta_E3.pdf	28/08/2023 13:44:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	formulario_emenda3.pdf	14/08/2023 11:14:48	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito

Endereço: Campo de São Cristóvão 177

Bairro: São Cristóvão

CEP: 20.921-903

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2163-5730

E-mail: cep@cp2.g12.br



COLÉGIO PEDRO II



Continuação do Parecer: 6.416.848

Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_6175806.pdf	14/08/2023 11:11:54	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	Carta_Resposta_Fiocruz_2507.pdf	14/08/2023 11:11:41	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	DOU_Presidente_exercicio.pdf	14/08/2023 11:11:28	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_autorizacao.pdf	14/08/2023 11:11:14	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_anuencia.pdf	14/08/2023 11:10:57	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Formulario_emenda2.pdf	28/06/2023 01:39:36	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa.pdf	28/06/2023 01:39:16	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Parecer_Fiocruz.pdf	28/06/2023 01:38:53	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.pdf	28/06/2023 01:38:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Historico_email.pdf	28/06/2023 01:38:08	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Carta_resposta_Fiocruz.pdf	28/06/2023 01:37:47	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	formulario_emenda.pdf	13/06/2023 11:14:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Email_justificativa.pdf	13/06/2023 11:13:08	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_CEFET.pdf	13/06/2023 11:12:23	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCUD_CEFET.pdf	13/06/2023 11:12:14	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito

Endereço: Campo de São Cristóvão 177

Bairro: São Cristóvão

CEP: 20.921-903

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2163-5730

E-mail: cep@cp2.g12.br



COLÉGIO PEDRO II



Continuação do Parecer: 6.416.846

Justificativa de Ausência	TCUD_CEFET.pdf	13/06/2023 11:12:14	SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	Carta_Resposta.pdf	02/05/2023 10:44:40	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_IFF.pdf	02/05/2023 10:44:16	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_IFF.pdf	02/05/2023 10:44:09	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_EQUIPE_DE_PESQUISA.pdf	27/04/2023 19:58:35	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_IFRJ.pdf	27/04/2023 19:58:22	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_IFRJ.pdf	27/04/2023 19:58:13	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_CP2.pdf	27/04/2023 19:55:48	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_CP2.pdf	27/04/2023 19:55:40	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Curriculo_coorientador.pdf	28/02/2023 22:58:40	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Curriculo_orientadora.pdf	28/02/2023 22:58:22	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Curriculo_atualizado_do_pesquisador.pdf	28/02/2023 22:55:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	28/02/2023 22:50:03	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito

Endereço: Campo de São Cristóvão 177

Bairro: São Cristóvão

CEP: 20.921-903

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2163-5730

E-mail: cep@cp2.g12.br



COLÉGIO PEDRO II



Continuação do Parecer: 6.416.846

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 09 de Outubro de 2023

Assinado por:
ROGERIO MENDES DE LIMA
(Coordenador(a))

Endereço: Campo de São Cristóvão 177

Bairro: São Cristóvão

CEP: 20.921-903

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2163-5730

E-mail: cep@cp2.g12.br

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANTICADO CEP/FIOCRUZ



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ -
FIOCRUZ/IOC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro

Pesquisador: CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69799523.7.3001.5248

Instituição Proponente: Fundação Oswaldo Cruz

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.301.155

Apresentação do Projeto:

As informações abaixo foram extraídas principalmente dos seguintes documentos:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2160269.pdf, e projeto de pesquisa "Título: Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro" (Projeto_Pesquisa.pdf), postados em 25/07/2023 e 28/06/2023, respectivamente.

Trata-se de parecer para a Emenda 2 (Ec2), encaminhada em ao CEP Fiocruz/IOC em 28/08/2023, referente ao CAAE: 69799523.7.3001.5248 aprovado por este CEP em 15/08/2023.

Introdução:

O projeto busca realizar uma análise estratégica entre os Planos de Logística Sustentáveis (PLS) das instituições de ensino no estado do Rio de Janeiro, a fim de englobar as análises relativas à implementação do documento, a adesão à A3P, a emissão de relatórios periódicos com indicadores, e ao desenvolvimento dos temas do PLS frente aos desafios enfrentados por essas instituições. Segundo as autoras, "...o atual sistema de gestão mundial tem promovido uma crescente demanda por recursos naturais e, por consequência, seu esgotamento, dentre outros impactos ambientais negativos". (Projeto_Pesquisa.pdf, pág.1) Assim, é de extrema importância

Endereço: Av. Brasil 4036, sala 705 - 7º andar, Campus Maré (antiga Expansão)
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.040-361
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3882-9011 **Fax:** (21)2561-1547 **E-mail:** cepfiocruz@ioc.fiocruz.br



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ -
FIOCRUZ/IOC



Continuação do Parecer: 6.301.155

que seja elaborado um documento norteador que preconize as ações sustentáveis das organizações e que seja caracterizado pelo atendimento às legislações vigentes.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) é um documento regulamentado pela Instrução Normativa (IN) no 10/2012 emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que apresenta ações sustentáveis direcionados por sete temas: material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações públicas, deslocamento de pessoal (BRASIL, 2012).

Hipótese:

O esgotamento de recursos naturais decorrente da precariedade da educação ambiental e linhas norteadoras de ações sustentáveis representam elevados índices de impactos ambientais.

Metodologia:

Trata-se de pesquisa de gênero empírica, natureza aplicada, abordagem qualitativa e método dedutivo. Realizado a partir de procedimento observacional, levantamento técnico da documentação e avaliação de questionários.

A pesquisa está pautada na aplicação do questionário com membros da comissão gestora e da análise dos dados disponibilizados pelas instituições de ensino superior públicas no estado do Rio de Janeiro. As etapas de análise seguirão conforme destacado: seleção das instituições de ensino superior pelo portal E-mec; análise da implementação do PLS; análise das instituições que possuem adesão à A3P; análise das instituições que emitem relatório periódico; análise das práticas por tema regulamentado conforme IN no 10/2012.

Metodologia da análise de dados: Na pesquisa serão avaliados os relatórios do PLS desenvolvidos pelas instituições e os questionários respondidos pelas comissões gestoras. Os dados serão discutidos em paralelo as exigências descritas na IN nº 10/2012.

Os relatórios dos PLS emitidos pelas instituições serão considerados como fontes secundárias de dados. Será utilizado o documento Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) como substituto ao TCLE. O instrumento de coleta de dados (questionário) será fornecido de forma virtual aos membros da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) vinculados as instituições de ensino superior públicas do estado no Rio de Janeiro, por tanto, contará com a participação de pessoas maiores de 18 anos.

Critérios de inclusão:

Endereço: Av. Brasil 4036, sala 705 - 7º andar, Campus Maré (antiga Expansão)
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.040-361
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3882-9011 **Fax:** (21)2561-1547 **E-mail:** cepfiocruz@ioc.fiocruz.br



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ -
FIOCRUZ/IOC



Continuação do Parecer: 6.301.155

A IN nº 10/2012 se refere à obrigatoriedade de implantação de um PLS para as instituições públicas. Os dados referentes à pesquisa serão restritos às instituições de ensino superior públicas no estado do Rio de Janeiro.

Critérios de exclusão:

Instituições particulares e instituições públicas e particulares de educação básica.

Desfecho primário: Espera-se com os resultados do questionário apresentar ações relativas às práticas sustentáveis desenvolvidas pelas instituições e as conformidades atendidas frente à normativa vigente.

Desfecho secundário: Os resultados obtidos na pesquisa serão publicados como trabalho de conclusão do curso, pré-requisito para aquisição do título de especialista em Gestão de Projetos Ambientais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro.

Objetivo Secundário:

- Analisar o plano de logística sustentável elaborado pelas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro;
- Realizar análise crítica comparativa entre os PLS;
- Elaborar uma análise das ações desenvolvidas nas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro no âmbito do PLS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

- Divulgação de dados confidenciais da instituição;
- Perda de tempo ao responder ao questionário;
- Não conhecer a política de privacidade da ferramenta e os termos descritos no RCLE; -Impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de

Endereço: Av. Brasil 4036, sala 705 - 7º andar, Campus Maré (antiga Expansão)
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.040-361
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3882-9011 **Fax:** (21)2561-1547 **E-mail:** cepfiocruz@ioc.fiocruz.br



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ -
FIOCRUZ/IOC



Continuação do Parecer: 6.301.155

registro/consentimento;

- Modo de seleção dos participantes da pesquisa;

- Forma de armazenamento dos dados virtuais;

- Apresentação de resultados parciais a profundidade da implementação da normativa pela sua instituição; riscos inerentes a acesso virtual.

Benefícios:

Transparência e valorização das ações de sustentabilidade que as instituições têm promovido no âmbito do PLS, avaliação da maturidade institucional em relação à normativa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A Emenda 2 (Ec2) tem como objetivo encaminhar as seguintes alterações solicitadas pelo CEP-Fiocruz/IOC para análise e conhecimento do Comitê de Ética em Pesquisa – Seres Humanos/IFRJ:

Alterar a assinatura do termo de autorização.

Alterar a assinatura do termo de anuência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram analisados nesta Ec2 os seguintes documentos:

- 1) Portaria_IFRJ.pdf, datada em 21 de setembro de 2022, assinada por Rafael Barreto Almada, Reitor do IFRJ, postada em 28/08/2023;
- 2) Portaria_IFF.pdf, datada de 29 de abril de 2021, assinada por Jeferson Manhães de Azevedo, postada em 28/08/2023;
- 3) Termo_autorizacao_Fiocruz.pdf, datada em 24 de julho de 2023, assinada por Marco Aurelio Krieger, Presidente em Exercício da FIOCRUZ, postada em 28/08/2023;
- 4) Termo_anuencia_Fiocruz.pdf, datada em 24 de julho de 2023, assinada por Marco Aurelio Krieger, Presidente em Exercício da FIOCRUZ, postada em 28/08/2023;
- 5) Carta_Resposta_E3.pdf, assinada pela pesquisadora principal Caroline Borges de Siqueira Santiago, postada em 28/08/2023;
- 6) formulario_emenda3.pdf, assinada pela pesquisadora principal Caroline Borges de Siqueira Santiago, postada em 14/08/2023.
- 7) PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_6230719_E2.pdf, contendo 6 (seis) página, datado em 10 de agosto de 2023, assinado por Angela M Bittencourt, coordenadora do CEP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ.

Endereço: Av. Brasil 4036, sala 705 - 7º andar, Campus Maré (antiga Expansão)
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.040-361
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3882-9011 **Fax:** (21)2561-1547 **E-mail:** cepfiocruz@ioc.fiocruz.br



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ -
FIOCRUZ/IOC



Continuação do Parecer: 6.301.155

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos nos documentos da emenda.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz (CEP FIOCRUZ/IOC) em sua 342ª Reunião Ordinária, realizada em 12.09.2023, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/2012, manifesta-se pela aprovação da emenda solicitada.

O pesquisador deve garantir ao participante da pesquisa a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve lhe entregar uma versão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, assinada e datada pelo participante e pelo membro da equipe responsável.

O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido.

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), junto com seu posicionamento.

Este CEP ressalta a importância do envio dos relatórios parciais e final, sendo uma das responsabilidades assumidas pelo pesquisador ao submeter o seu projeto para apreciação (Resolução CNS 466/2012, XI.2.d e Resolução CNS 510/2016, Art. 28, V).

Os Relatórios Parciais deverão ser encaminhados semestralmente.

O Relatório de Conclusão (Final) deverá ser enviado em até 60 dias após o término do projeto. Ambos os tipos de relatórios deverão ser apresentados via Plataforma Brasil, na funcionalidade "Notificação".

A observância dos prazos de envio dos relatórios parciais ou finais é estritamente de responsabilidade do pesquisador.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
TCLE / Termos de	Portaria_IFRJ.pdf	28/08/2023	CAROLINE BORGES	Aceito

Endereço: Av. Brasil 4036, sala 705 - 7º andar, Campus Maré (antiga Expansão)
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.040-361
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3882-9011 **Fax:** (21)2561-1547 **E-mail:** cepfiocruz@ioc.fiocruz.br



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ -
FIOCRUZ/IOC



Continuação do Parecer: 6.301.155

Assentimento / Justificativa de Ausência	Portaria_IFRJ.pdf	13:49:19	DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Portaria_IFF.pdf	28/08/2023 13:48:57	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_autorizacao_Fiocruz.pdf	28/08/2023 13:47:54	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_anuencia_Fiocruz.pdf	28/08/2023 13:47:44	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	Carta_Resposta_E3.pdf	28/08/2023 13:44:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	formulario_emenda3.pdf	14/08/2023 11:14:48	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_6175806.pdf	14/08/2023 11:11:54	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	Carta_Resposta_Fiocruz_2507.pdf	14/08/2023 11:11:41	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	DOU_Presidente_exercicio.pdf	14/08/2023 11:11:28	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_autorizacao.pdf	14/08/2023 11:11:14	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_anuencia.pdf	14/08/2023 11:10:57	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Formulario_emenda2.pdf	28/06/2023 01:39:36	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa.pdf	28/06/2023 01:39:16	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Parecer_Fiocruz.pdf	28/06/2023 01:38:53	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito

Endereço: Av. Brasil 4036, sala 705 - 7º andar, Campus Maré (antiga Expansão)
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.040-361
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3882-9011 **Fax:** (21)2561-1547 **E-mail:** cepfiocruz@ioc.fiocruz.br



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ -
FIOCRUZ/IOC



Continuação do Parecer: 6.301.155

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.pdf	28/06/2023 01:38:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Historico_email.pdf	28/06/2023 01:38:08	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Carta_resposta_Fiocruz.pdf	28/06/2023 01:37:47	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	formulario_emenda.pdf	13/06/2023 11:14:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Email_justificativa.pdf	13/06/2023 11:13:08	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_CEFET.pdf	13/06/2023 11:12:23	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_CEFET.pdf	13/06/2023 11:12:14	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Parecer Anterior	Carta_Resposta.pdf	02/05/2023 10:44:40	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_IFF.pdf	02/05/2023 10:44:16	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_IFF.pdf	02/05/2023 10:44:09	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_EQUIPE_DE_PESQUISA.pdf	27/04/2023 19:58:35	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_IFRJ.pdf	27/04/2023 19:58:22	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_IFRJ.pdf	27/04/2023 19:58:13	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito

Endereço: Av. Brasil 4036, sala 705 - 7º andar, Campus Maré (antiga Expansão)
 Bairro: Manginhos CEP: 21.040-361
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)3882-9011 Fax: (21)2561-1547 E-mail: cepfiocruz@ioc.fiocruz.br



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ -
FIOCRUZ/IOC



Continuação do Parecer: 6.301.155

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_CP2.pdf	27/04/2023 19:55:48	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuencia_CP2.pdf	27/04/2023 19:55:40	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Curriculo_coorientador.pdf	28/02/2023 22:58:40	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Curriculo_orientadora.pdf	28/02/2023 22:58:22	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Curriculo_atualizado_do_pesquisador.pdf	28/02/2023 22:55:26	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	28/02/2023 22:50:03	CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 14 de Setembro de 2023

Assinado por:

Celeste da Silva Freitas de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Brasil 4036, sala 705 - 7º andar, Campus Maré (antiga Expansão)
 Bairro: Manguinhos CEP: 21.040-361
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)3882-9011 Fax: (21)2561-1547 E-mail: cepfiocruz@ioc.fiocruz.br

ANEXO D – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL/CEFET/RJ



Ministério da Educação
CEFET/RJ – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Venho por meio deste documento autorizar o(a) pesquisador(a) Caroline Borges de Siqueira Santiago, a desenvolver o projeto intitulado: **Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro** no(a) CEFET/RJ, cuja infraestrutura atende as necessidades da pesquisa. Cabe citar que estou ciente que o(a) pesquisador (a) está regularmente matriculado no Curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais do Campus Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ.

Foi esclarecido que a participante da pesquisa será Aline Guimarães Monteiro Trigo. Estou ciente de que a pesquisa consiste em avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, não comprometendo a qualidade de ensino/aprendizagem e nem os participantes da pesquisa. A qualquer momento os participantes poderão desistir de participar da pesquisa, não causando nenhum prejuízo às instituições envolvidas, à pesquisa ou aos participantes. Cabe citar que os procedimentos adotados pelo pesquisador garantem sigilo da identidade dos participantes. Os dados serão utilizados para a realização de relatórios internos e publicações científicas.

Essa autorização será válida após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRJ.

Rio de Janeiro, 8 de Maio de 2023.

Aline Guimarães Monteiro Trigo

Assinado de forma digital por
Aline Guimarães Monteiro Trigo
Dados: 2023.05.08 22:54:50
-03'00'

Aline Guimarães Monteiro Trigo

Siape 1551604

ALINE TRIGO
Chefe da Divisão de Estratégia
Sustentabilidade Amb. Inst.
CEFET-RJ Mat. SIAPE 1551604

Chefe da Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional,
vinculada à Diretoria de Gestão Estratégica (DISAI DIGES/CEFET/RJ)

Endereço da Instituição: Av. Maracanã, 229, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ
Tel: 21 2566-3160
E-mail: diges@cefet-rj.br

**ANEXO E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO
COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS/CEFET/RJ**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO
COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS**

Eu, Aline Guimarães Monteiro Trigo, ocupante do cargo de chefe da Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, com sede na cidade do Rio de Janeiro, após ter tomado conhecimento do projeto de pesquisa intitulado O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivo Avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, e, para tanto, necessita coletar as seguintes informações: Relatório do PLS e Relatório de monitoramento das ações do PLS autorizo os pesquisadores Caroline Borges de Siqueira Santiago, Lívia Maria da Costa Silva e Flávia Ramos Guimarães a terem acesso às informações dos relatórios desta instituição para a referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam respeitadas: as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto; os pesquisadores se comprometem a preservar as informações constantes nos documentos, garantindo o sigilo e a privacidade.

Local e data: Rio de Janeiro, 08 de Maio de 2023

Assinatura Aline Guimarães Monteiro Trigo Assinado de forma digital por
Aline Guimarães Monteiro Trigo
Dados: 2023.05.08 22:37:43 -03'00'

Aline Guimarães Monteiro Trigo
Siape 1551604

ALINE TRIGO
Chefe da Divisão de Estratégia
Sustentabilidade Amb. Inst.
CEFET-RJ Mat. SIAPE 1551604

*Chefe da Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional,
vinculada à Diretoria de Gestão Estratégica (DISAI DIGES/CEFET/RJ)*

ANEXO F – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL/CP II



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaramos, para fins de comprovação junto à Plataforma Brasil, que a pesquisadora Caroline Borges de Siqueira Santiago deu entrada na solicitação de atividade de pesquisa no Colégio Pedro II, com o projeto “O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro”.

O projeto está sendo analisado pelas instâncias devidas, estando sua execução condicionada à apresentação do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa aprovado.

Desta forma, afirma a disponibilidade da instituição para a emissão do parecer, condicionado ao documento do Comitê de Ética.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CAROLINA RIGONI CARMO
Data: 27/04/2023 15:47:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ANEXO G – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS/CEFET/RJ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS

Eu, **Ana Carolina Rigoni Carmo**, ocupante do cargo de Coordenadora de Pesquisa da Propppec na instituição **Colégio Pedro II**, Rio de Janeiro, RJ, após ter tomado conhecimento do projeto de pesquisa intitulado O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivo Avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, e, para tanto, necessita coletar as seguintes informações: Relatório do PLS e Relatório de monitoramento das ações do PLS autorizo os pesquisadores Caroline Borges de Siqueira Santiago, Lívia Maria da Costa Silva e Flávia Ramos Guimarães a terem acesso às informações dos relatórios desta instituição para a referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam respeitadas: as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto; os pesquisadores se comprometem a preservar as informações constantes nos documentos, garantindo o sigilo e a privacidade.

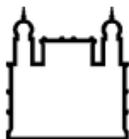
Rio de Janeiro, 27/4/2023

Documento assinado digitalmente
 ANA CAROLINA RIGONI CARMO
Data: 27/04/2023 16:46:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura _____

Ana Carolina Rigoni Carmo
Coordenadora de Pesquisa

ANEXO H – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL/FIOCRUZ



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Venho por meio deste documento autorizar o(a) pesquisador(a) Caroline Borges de Siqueira Santiago, a desenvolver o projeto intitulado: **Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro** na Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, cuja infraestrutura atende as necessidades da pesquisa. Cabe citar que estou ciente que a pesquisadora no Curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais do Campus Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ.

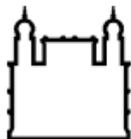
Foi esclarecido que os participantes da pesquisa serão Flávia Silva e equipe que compõe a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Fiocruz, conforme Portaria nº 646/2021. Estou ciente de que a pesquisa consiste em avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, não comprometendo a qualidade de ensino/aprendizagem e nem os participantes da pesquisa. A qualquer momento os participantes poderão desistir de participar da pesquisa, não causando nenhum prejuízo às instituições envolvidas, à pesquisa ou aos participantes. Cabe citar que os procedimentos adotados pelo pesquisador garantem sigilo da identidade dos participantes. Os dados serão utilizados para a realização de relatórios internos e publicações científicas.

Essa autorização será válida após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRJ.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2023.

Marco Aurélio Krieger
Presidente em Exercício
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS/FIOCRUZ



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS

Eu, Marco Aurélio Krieger, ocupante do cargo de Vice-Presidente na instituição Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, após ter tomado conhecimento do projeto de pesquisa intitulado O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivo Avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, e, para tanto, necessita coletar as seguintes informações: Relatório do PLS e Relatório de monitoramento das ações do PLS autorizo os pesquisadores Caroline Borges de Siqueira Santiago, Lívia Maria da Costa Silva e Flávia Ramos Guimarães a terem acesso às informações dos relatórios desta instituição para a referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam respeitadas: as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto; os pesquisadores se comprometem a preservar as informações constantes nos documentos, garantindo o sigilo e a privacidade.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2023.

Marco Aurélio Krieger
Presidente em Exercício
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

ANEXO J – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL/IFRJ

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Venho por meio deste documento autorizar o(a) pesquisador(a) Caroline Borges de Siqueira Santiago, a desenvolver o projeto intitulado: **Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro** no(a) INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, cuja infraestrutura atende as necessidades da pesquisa. Cabe citar que estou ciente que o(a) pesquisador (a) está regularmente matriculado no Curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais do Campus Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ.

Estou ciente de que a pesquisa consiste em avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, não comprometendo a qualidade de ensino/aprendizagem e nem os participantes da pesquisa. A qualquer momento os participantes poderão desistir de participar da pesquisa, não causando nenhum prejuízo às instituições envolvidas, à pesquisa ou aos participantes. Cabe citar que os procedimentos adotados pelo pesquisador garantem sigilo da identidade dos participantes. Os dados serão utilizados para a realização de relatórios internos e publicações científicas.

Essa autorização será válida após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRJ.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **MARCUS VINICIUS DA SILVA PEREIRA**
Data: 23/04/2023 11:10:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcus Vinicius da Silva Pereira

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

[Portaria de Nomeação 665-1 DOU 06/05/2020 Edição: 85 | Seção: 2 | Página: 20](#)

**ANEXO K – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO
COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS/IFRJ**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO
COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS**

Eu, MARCUS VINICIUS DA SILVA PEREIRA, ocupante do cargo de Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação no INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, após ter tomado conhecimento do projeto de pesquisa intitulado “O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro”, que tem como objetivo Avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, e, para tanto, necessita coletar as seguintes informações: Relatório do PLS e Relatório de monitoramento das ações do PLS autorizo os pesquisadores Caroline Borges de Siqueira Santiago, Lívia Maria da Costa Silva e Flávia Ramos Guimarães a terem acesso às informações dos relatórios desta instituição para a referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam respeitadas: as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto; os pesquisadores se comprometem a preservar as informações constantes nos documentos, garantindo o sigilo e a privacidade.

Local e data: Rio de Janeiro, 23 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
 MARCUS VINICIUS DA SILVA PEREIRA
Data: 23/04/2023 11:10:22-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Marcus Vinicius da Silva Pereira
Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
[Portaria de Nomeação 665-1 DOU 06/05/2020 Edição: 85 | Seção: 2 | Página: 20](#)

ANEXO L – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL/IFF



TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Venho por meio deste documento autorizar o(a) pesquisador(a) Caroline Borges de Siqueira Santiago, a desenvolver o projeto intitulado: **Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro** no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, cuja infraestrutura atende as necessidades da pesquisa. Cabe citar que estou ciente que o(a) pesquisador (a) está regularmente matriculado no Curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais do Campus Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ.

Foi esclarecido que os participantes da pesquisa serão os membros do Núcleo de Sustentabilidade, designados por meio da Portaria nº 290/2021 – REIT/IFFLU, de 29 de abril de 2021. Estou ciente de que a pesquisa consiste em avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, não comprometendo a qualidade de ensino/aprendizagem e nem os participantes da pesquisa. A qualquer momento os participantes poderão desistir de participar da pesquisa, não causando nenhum prejuízo às instituições envolvidas, à pesquisa ou aos participantes. Cabe citar que os procedimentos adotados pelo pesquisador garantem sigilo da identidade dos participantes. Os dados serão utilizados para a realização de relatórios internos e publicações científicas.

Essa autorização será válida após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRJ.

Campos dos Goytacazes, 26 de abril de 2023.

JEFFERSON
MANHAES DE
AZEVEDO:00
229457762

Assinado de forma
digital por JEFFERSON
MANHAES DE
AZEVEDO:00229457762
Dados: 2023.05.02
10:22:46 -03'00'

JEFFERSON MANHÃES DE AZEVEDO

Reitor do IFFluminense

ANEXO M – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS/IFF

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE PARA USO DE DADOS

Eu, JEFFERSON MANHÃES DE AZEVEDO ocupante do cargo de Reitor na instituição Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFFluminense, após ter tomado conhecimento do projeto de pesquisa intitulado O Plano de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Públicas de Ensino Superior no estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivo Avaliar o plano de logística sustentável das diversas instituições públicas de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, e, para tanto, necessita coletar as seguintes informações: Relatório do PLS e Relatório de monitoramento das ações do PLS autorizo os pesquisadores Caroline Borges de Siqueira Santiago, Lívia Maria da Costa Silva e Flávia Ramos Guimarães a terem acesso às informações dos relatórios desta instituição para a referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam respeitadas: as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto; os pesquisadores se comprometem a preservar as informações constantes nos documentos, garantindo o sigilo e a privacidade.

Local e data: Campos dos Goytacazes, 26 de abril de 2023

JEFFERSON
MANHAES DE
AZEVEDO:002
29457762

Assinado de forma
digital por JEFFERSON
MANHAES DE
AZEVEDO:0022945776
2
Dados: 2023.05.02
10:23:08 -03'00'

JEFFERSON MANHÃES DE AZEVEDO

Reitor do IFFluminense

ANEXO N – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/CEFET/RJ



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IFRJ

Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

(De acordo com as Normas das Resoluções CNS nº 510/16)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro. **Antes de decidir se participará, é importante que você entenda por que o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa. O projeto consiste em analisar o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo deste estudo é/são realizar uma análise comparativa entre os temas e exigências abordadas pela Instrução Normativa nº 10/2012 e as práticas desenvolvidas pelas instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro e Entre outras atividades pretendemos apresentar um questionário fornecido virtualmente que deverá ser preenchido com as informações referentes as práticas implementadas, englobando planos de ação e apuração para realização das metas. Você foi selecionado para preencher o questionário porque compõe a comissão do PLS da sua instituição, porém, a sua participação não é obrigatória. Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto sobre o PLS, será de forma voluntária. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada a sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.** Os riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa são: divulgação de dados confidenciais da instituição; perda de tempo ao responder ao questionário; não conhecer a política de privacidade da ferramenta e os termos descritos no RCLE; impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro/consentimento; modo de seleção dos participantes da pesquisa; forma de armazenamento dos dados virtuais; apresentação de resultados parciais a profundidade da implementação da normativa pela sua instituição; riscos inerentes a acesso virtual. Serão tomadas as seguintes providências para evitá-los/minimizá-los: garantir a não violação e a integridade dos documentos; minimizar os desconfortos, garantindo um questionário direcionado; o RCLE, questionário e demais documentos pertinentes a pesquisa serão encaminhados em cópia ao participante, assim como o pesquisador estará disponível para sanar quaisquer dúvidas pertinentes; os dados serão armazenados em computador com acesso somente pelo pesquisador e, caso o participante desista da participação, as informações serão canceladas e não farão parte da pesquisa; os participantes da pesquisa serão membros da comissão gestora do PLS de cada instituição, conferindo conhecimento sobre o tema e maior exatidão na resposta ao questionário; análise do questionário e contato com membro da comissão PLS para sanar quaisquer dúvidas, assegurar que as informações não fornecidas pelo participante não serão acessadas pelo pesquisador. Ressalta-se que o questionário foi previamente testado pela equipe de pesquisa, conferindo a acessibilidade necessária, conforme a característica dos participantes. Garantimos que o estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou danos não previstos no termo de consentimento e, caso os sujeitos da pesquisa vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento, além do direito a assistência integral, têm direito à indenização. As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Sua colaboração é importante para compor a análise dos dados que será integrado ao trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Ambientais. Os dados serão divulgados de forma a não

CEP IFRJ

R. Buenos Aires, 256 – 6º andar, sala 601, Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20061-002

Tel: (21) 3293-6034

E-mail: cep@ifrj.edu.br



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IFRJ

possibilitar a sua identificação em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos. Você tem direito de conhecer e acompanhar os resultados dessa pesquisa. Participar desta pesquisa **não** implicará em nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação. Você será ressarcido de qualquer custo que tiver relativo à pesquisa e será indenizado por danos eventuais decorrentes da sua participação na pesquisa. Você receberá uma via assinada pelo pesquisador, que deverá ser guardada, com o e-mail de contato destes pesquisadores que participarão da pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa que a aprovou, para maiores esclarecimentos. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rua Buenos Aires, 256, Cobertura, Centro, Rio de Janeiro- telefone 3293-6034 de segunda a sexta-feira, das 9 às 12 horas, ou por meio do e-mail: cep@ifrj.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição e tem como uma das principais funções proteger os participantes de qualquer problema. Esse documento possui duas vias, sendo uma sua e a outra do pesquisador responsável.

Documento assinado digitalmente
gov.br CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO
Data: 19/09/2023 16:35:22-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Instituição: IFRJ Campus Niterói
Nome do pesquisador: Caroline Borges de Siqueira Santiago
Tel: (21) 99707-1203
E-mail: carol.quim@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, os riscos e os benefícios da pesquisa e os meus direitos como participante da pesquisa e que concordo em participar.

Aline Guimarães Monteiro Trigo

Nome do Participante da pesquisa

Data 30 /09 /23

Documento assinado digitalmente
gov.br ALINE GUIMARAES MONTEIRO TRIGO
Data: 30/09/2023 22:37:43-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

(Assinatura do participante)

CEP IFRJ
R. Buenos Aires, 256 – 6º andar, sala 601, Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20061-002
Tel: (21) 3293-6034 E-mail: cep@ifrj.edu.br

ANEXO O – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/FIOCRUZ



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IFRJ

Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

(De acordo com as Normas das Resoluções CNS nº 510/16)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro. **Antes de decidir se participará, é importante que você entenda por que o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa. O projeto consiste em analisar o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo deste estudo é/são realizar uma análise comparativa entre os temas e exigências abordadas pela Instrução Normativa nº 10/2012 e as práticas desenvolvidas pelas instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro e Entre outras atividades pretendemos apresentar um questionário fornecido virtualmente que deverá ser preenchido com as informações referentes as práticas implementadas, englobando planos de ação e apuração para realização das metas. Você foi selecionado para preencher o questionário porque compõe a comissão do PLS da sua instituição, porém, a sua participação não é obrigatória. Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto sobre o PLS, será de forma voluntária. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada a sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.** Os riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa são: divulgação de dados confidenciais da instituição; perda de tempo ao responder ao questionário; não conhecer a política de privacidade da ferramenta e os termos descritos no RCLE; impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro/consentimento; modo de seleção dos participantes da pesquisa; forma de armazenamento dos dados virtuais; apresentação de resultados parciais a profundidade da implementação da normativa pela sua instituição; riscos inerentes a acesso virtual. Serão tomadas as seguintes providências para evitá-los/minimizá-los: garantir a não violação e a integridade dos documentos; minimizar os desconfortos, garantindo um questionário direcionado; o RCLE, questionário e demais documentos pertinentes a pesquisa serão encaminhados em cópia ao participante, assim como o pesquisador estará disponível para sanar quaisquer dúvidas pertinentes; os dados serão armazenados em computador com acesso somente pelo pesquisador e, caso o participante desista da participação, as informações serão canceladas e não farão parte da pesquisa; os participantes da pesquisa serão membros da comissão gestora do PLS de cada instituição, conferindo conhecimento sobre o tema e maior exatidão na resposta ao questionário; análise do questionário e contato com membro da comissão PLS para sanar quaisquer dúvidas, assegurar que as informações não fornecidas pelo participante são serão acessadas pelo pesquisador. Ressalta-se que o questionário foi previamente testado pela equipe de pesquisa, conferindo a acessibilidade necessária, conforme a característica dos participantes. Garantimos que o estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou danos não previstos no termo de consentimento e, caso os sujeitos da pesquisa vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento, além do direito a assistência integral, têm direito à indenização. As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Sua colaboração é importante para compor a análise dos dados que será integrado ao trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Ambientais. Os dados serão divulgados de forma a não

CEP IFRJ

R. Buenos Aires, 256 – 6º andar, sala 601, Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20061-002

Tel: (21) 3293-6034

E-mail: cep@ifrj.edu.br

Página 1 de 2

Flávia Silva
Coordenadora Geral de Administração
COGEAD - FIOCRUZ
Matrícula SIAPE: 1455329



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IFRJ

possibilitar a sua identificação em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos. Você tem direito de conhecer e acompanhar os resultados dessa pesquisa. Participar desta pesquisa **não** implicará em nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação. Você será ressarcido de qualquer custo que tiver relativo à pesquisa e será indenizado por danos eventuais decorrentes da sua participação na pesquisa. Você receberá uma via assinada pelo pesquisador, que deverá ser guardada, com o e-mail de contato destes pesquisadores que participarão da pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa que a aprovou, para maiores esclarecimentos. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rua Buenos Aires, 256, Cobertura, Centro, Rio de Janeiro- telefone 3293-6034 de segunda a sexta-feira, das 9 às 12 horas, ou por meio do e-mail: cep@ifrj.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição e tem como uma das principais funções proteger os participantes de qualquer problema. Esse documento possui duas vias, sendo uma sua e a outra do pesquisador responsável.



Documento assinado digitalmente
CAROLINE BORGES DE SIQUEIRA SANTIAGO
Data: 19/09/2023 16:35:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Instituição: IFRJ Campus Niterói

Nome do pesquisador: Caroline Borges de Siqueira Santiago

Tel: (21) 99707-1203

E-mail: carol.quim@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, os riscos e os benefícios da pesquisa e os meus direitos como participante da pesquisa e que concordo em participar.

Flávia Silva

Nome do Participante da pesquisa

Flávia Silva
Coordenadora - Geral de Administração
COGEAD - FIOCRUZ
Matrícula SIAPE: 1455329

Data ____/____/____

[Assinatura]

(Assinatura do participante)

CEP IFRJ

R. Buenos Aires, 256 – 6º andar, sala 601, Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20061-002

Tel: (21) 3293-6034

E-mail: cep@ifrj.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ
Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação *lato sensu* – Campus Niterói



ATA DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO APROVADOS

Ata nº /2024

Aos 15 dias do mês fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às 13 horas, a banca de professores do Campus de Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) se reuniu para avaliar as modificações feitas pela aluna Caroline Borges de Siqueira Santiago do curso de Pós-graduação em Gestão de Projetos Ambientais, do trabalho de conclusão de curso intitulado “O PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”. O trabalho foi orientado pela professora LÍVIA MARIA DA COSTA SILVA, presidente da banca, e coorientado pela mestre FLÁVIA RAMOS GUIMARÃES. O trabalho foi avaliado pela banca examinadora à luz das modificações sugeridas por esta banca na ocasião da defesa. Em seguida, o presidente da banca solicitou que cada professor da banca manifestasse sua opinião. Em seguida, por unanimidade, a banca deliberou, e emitiu parecer de **APROVADO**. O presidente deu por encerrada a sessão de defesa às 15 horas, para constar, foi lavrada a presente Ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da banca examinadora.

Assinaturas:

Orientadora:	LÍVIA MARIA DA COSTA SILVA	 Documento assinado digitalmente LÍVIA MARIA DA COSTA SILVA Data: 03/03/2024 14:25:03-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Coorientadora	FLÁVIA RAMOS GUIMARÃES	 Documento assinado digitalmente FLÁVIA RAMOS GUIMARÃES Data: 07/03/2024 17:08:21-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Avaliadora	MARIANA SPACEK ALVIM	 Documento assinado digitalmente MARIANA SPACEK ALVIM Data: 08/03/2024 14:06:41-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Avaliador		
Coordenação do Curso:	ANDREIA MARIA DA ANUNCIACÃO GOMES	

Sítio Institucional: www.ifrj.edu.br

Estrada Washington Luís nº1596, Pendotiba, Niterói-RJ -CEP:24315-375
E-mail: sa.cnit@ifrj.edu.br